



DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVIII — Nº 49

SEXTA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 51ª SESSÃO CONJUNTA, EM 7 DE OUTUBRO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. José Fortunati e acolhida pela Presidência relativa à inexistência de quorum para o início dos trabalhos da presente sessão.

1.2.2 — Suspensão e reabertura da sessão

1.2.3 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MORONI TORGAN — Apelo ao Deputado Vital do Rêgo para que permaneça no cargo de Procurador da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO WILSON MÜLLER — Reparo ao discurso do orador que o precedeu na tribuna.

DEPUTADO JOSÉ FORTUNATI — Indagação sobre a indefinição da matéria competente da Ordem do Dia da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE — Resposta ao Sr. José Fortunati.

DEPUTADO LUIZ SALOMÃO — Contestando informações prestadas pelo Sr. Adylson Motta, no exercício da Presidência, à indagação do Sr. José Fortunati.

DEPUTADO GASTONE RIGHI — Aguardo do Congresso Nacional ao reexame do despacho de suspensão da instalação da Revisão Constitucional.

DEPUTADO ALDO REBELO — Esclarecimentos sobre a natureza da presente sessão.

DEPUTADO GENEBALDO CORRÊA — Contraditando o Sr. Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE — Resposta às colocações do Sr. Aldo Rebelo.

DEPUTADO MUNHOZ DA ROCHA — Necessidade de ampliação dos debates sobre a privatização da Rede Ferroviária Nacional, ora restrito ao âmbito do BNDES, dada a complexidade e o alcance da questão.

DEPUTADO ALDO REBELO — Os limites da reforma constitucional e o conflito de interesses que ela encerra.

DEPUTADO HAROLDO LIMA — Críticas à formação de um "colégio de líderes" e à possível adoção do regimento proposto pelo Deputado Nelson Jobim para os trabalhos da revisão constitucional.

DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA — Revisão Constitucional.

DEPUTADA SOCORRO GOMES — Interrupção das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO JONES SANTOS NEVES — Defesa da revisão do sistema de previdência social.

DEPUTADO EDUARDO JORGE — Apoio ao ato público, realizado no dia 4 próximo passado, na Praça da Sé, em São Paulo, pela União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo (UMM — SP), de protesto contra os atrasos nos repasses de verbas municipais para continuidade dos programas de construção de moradia pelo sistema de mutirão.

DEPUTADO PAULO ROCHA — Festa do Círio de Nazaré, a realizar-se no próximo dia 10.

DEPUTADA RITA CAMATA — Realização, em Brasília, do III Seminário Internacional da Escola de Pais do Brasil — Seção Distrito Federal, para debater o tema

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES****Director-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MAIA****Director Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Director Administrativo****LUIZ CARLOS BASTOS****Director Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Director Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS**

Semestral C\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Amor e Qualidade de Vida: Construindo a Família do Século XXI.

DEPUTADO HALEY MARGON — Homenagem à Empresa Estadual de Obras Públicas — EMOP, por seus inúmeros serviços prestados em benefício do Estado de Goiás.

DEPUTADO LUIZ PIAUHYLINO — Aniversário do Município de Canhotinho — PE.

DEPUTADO JOSÉ BURNETT — Episódio de violência ocorrido em Imperatriz — MA.

1.2.4 — Questão de Ordem

— Levantada pela Sr.^a Maria Laura e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas.

1.3 — ENCERRAMENTO**2 — ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA, EM 7 DE OUTUBRO DE 1993****2.1 — ABERTURA****2.1.1 — Comunicações da Presidência**

Inexistência de **quorum** mínimo para a abertura da sessão.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas.

2.2 — ENCERRAMENTO**3 — ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA, EM 7 DE OUTUBRO DE 1993****3.1 — ABERTURA****3.1.1 — Comunicações da Presidência**

— Inexistência de **quorum** mínimo para abertura da sessão.

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 30 minutos.

3.2 — ENCERRAMENTO**4 — ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA, EM 7 DE OUTUBRO DE 1993****4.1 — ABERTURA****4.1.1 — Comunicações da Presidência**

— Inexistência de **quorum** mínimo para abertura da sessão.

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 21 horas.

4.2 — ENCERRAMENTO**Ata da 51ª Sessão Conjunta, em 7 de outubro de 1993****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência do Sr. Adylson Motta*

ÀS 16 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco _ Alfredo Campos _ Almir Gabriel _ Aluísio Bezerra _ Amir Lando _ Antonio Mariz _ Bello Parga _ Beni Veras _ Carlos De'Carli _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Coutinho Jorge _ Darcy Ribeiro _ Dario Pereira _ Dirceu Carneiro _ Eduardo Suplicy _ Elcio Alvares _

Esperidião Amin _ Eva Blay _ Flaviano Melo _ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Hydekel Freitas _ Iram Saraiva _ Irapuan Costa Júnior _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa _ José Sarney _ Júlio Campos _ Júnia Marise _ Jutahy Magalhães _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Louremberg Nunes Rocha _

Lourival Baptista _ Lucídio Portella _ Luiz Alberto Oliveira _
 Magno Bacelar _ Mansueto de Lacerda _ Márcio Lacerda _ Marco
 Maciel _ Mário Covas _ Marluce Pinto _ Mauro Benevides _
 Meira Filho _ Nabor Júnior _ Nelson Wedekin _ Odacir Soares _
 Onofre Quinan _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Raimundo Lira
 _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Teotônio Vilela
 Filho _ Valmir Campelo _ Wilson Martins.

ACRE

CELIA MENDES	PPR
FRANCISCO DIOGENES	PPR
JOAO MAIA	PP
ZILA BEZERRA	PMDB

TOCANTINS

DARCI COELHO	BLOCO
DERVAL DE PAIVA	PMDB
EDMUNDO GALDINO	PSDB
MERVAL PIMENTA	PMDB
OSVALDO REIS	PP
PAULO MOURAO	PPR

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA	BLOCO
AVENIR ROSA	PP
FRANCISCO RODRIGUES	BLOCO
JULIO CABRAL	PP
LUCIANO CASTRO	PPR
RUBEN BENTO	BLOCO

MARANHÃO

CESAR BANDEIRA	BLOCO
CID CARVALHO	PMDB
COSTA FERREIRA	PP
HAROLDO SABOIA	PT
JAYME SANTANA	PSDB
JOÃO RODOLFO	PPR
JOSE BURNETT	PRN
JOSE REINALDO	BLOCO
NAN SOUZA	PP
PEDRO NOVAIS	PSD
SARNEY FILHO	BLOCO

AMAPÁ

ERALDO TRINDADE	PPR
GILVAM BORGES	PMDB
MURILO PINHEIRO	BLOCO

PARÁ

DOMINGOS JUVENIL	PMDB
ELIEL RODRIGUES	PMDB
GERSON PERES	PPR
GIOVANNI QUEIROZ	PDT
MARIO CHERMONT	PP
NICIAS RIBEIRO	PMDB
OSVALDO MELO	PPR
PAULO ROCHA	PT
PAULO TITAN	PMDB
SOCORRO GOMES	PCdoB

Ceará

AÉCIO DE BORBA	PPR
ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO
ARIOSTO HOLANDA	PSDB
CARLOS VIRGÍLIO	PPR
ERNANI VIANA	PP
ETEVALDO NOGUEIRA	BLOCO
LUIZ GIRÃO	PDT
MARCO PENAFORTE	PSDB
MARIA LUIZA FONTENELE	S/P
MORONI TORGAN	PSDB
PINHEIRO LANDIM	PMDB
SERGIO MACHADO	PSDB
VICENTE FIALHO	BLOCO

AMAZONAS

ATILA LINS	BLOCO
EZIO FERREIRA	BLOCO
JOÃO THOME	PMDB
JOSE DUTRA	PMDB
PAUDERNEY AVELINO	PPR
RICARDO MORAES	PT

RONDÔNIA

ANTONIO MORIMOTO	PPR
MAURICIO CALIXTO	BLOCO
NOBEL MOURA	PSD
PASCOAL NOVAES	PSD
RAQUEL CÂNDIDO	BLOCO
REDITARIO CASSOL	PSD

PIAUI

CIRO NOGUEIRA	BLOCO
FELIPE MENDES	PPR
JESUS TAJRA	BLOCO
JOAO HENRIQUE	PMDB
JOSE LUIZ MAIA	PPR
MURILO REZENDE	PMDB
PAES LANDIM	BLOCO

RIO GRANDE DO NORTE		CLOVIS ASSIS	PSDB
		ERALDO TINOCO	BLOCO
FLAVIO ROCHA	PL	GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	GENEBALDO CORREIA	PMDB
LAIRE ROSADO	PMDB	HAROLDO LIMA	PCdoB
NEY LOPES	BLOCO	JABES RIBEIRO	PSDB
		JAIRO AZI	PSD
PARAIBA		JAIRO CARNEIRO	BLOCO
		JOÃO ALMEIDA	PMDB
EFRAIM MORAIS	BLOCO	JOÃO ALVES	PPR
FRANCISCO EVANGELISTA	PPR	JOÃO CARLOS BACELAR	BLOCO
IVAN BURITY	BLOCO	JONIVAL LUCAS	PSD
IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB	JORGE KHOURY	BLOCO
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB	JOSÉ CARLOS ALELUIA	BLOCO
LUCIA BRAGA	PDT	JOSE FALCAO	BLOCO
VITAL DO REGO	PDT	LEUR LOMANTO	BLOCO
		LUIS EDUARDO	BLOCO
PERNAMBUCO		LUIZ MOREIRA	BLOCO
		MARCOS MEDRADO	PP
ALVARO RIBEIRO	PSB	PRISCO VIANA	PPR
FERNANDO LYRA	PSB	SERGIO GAUDENZI	PSDB
GILSON MACHADO	BLOCO	TOURINHO DANTAS	BLOCO
INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO	UBALDO DANTAS	PSDB
JOSE CARLOS VASCONCELLOS	PRN	WALDIR PIRES	PSDB
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	BLOCO	MINAS GERAIS	
LUIZ PIAUHYLINO	PSB	AECIO NEVES	PSDB
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	AGOSTINHO VALENTE	PT
MAVIAEL CAVALCANTI	PRN	ALVARO PEREIRA	PSDB
OSVALDO COELHO	BLOCO	ANNIBAL TEIXEIRA	BLOCO
PEDRO CORREA	BLOCO	ARACELY DE PAULA	BLOCO
RICARDO FIUZA	BLOCO	AVELINO COSTA	PPR
ROBERTO MAGALHAES	BLOCO	ELIAS MURAD	PSDB
SALATIEL CARVALHO	PP	FERNANDO DINIZ	PMDB
WILSON CAMPOS	PMDB	GENESIO BERNARDINO	PMDB
		HUMBERTO SOUTO	BLOCO
ALAGOAS		IBRAHIM ABI-ACKEL	PPR
ANTONIO HOLANDA	BLOCO	ISRAEL PINHEIRO	BLOCO
AUGUSTO FARIAS	BLOCO	JOAO PAULO	PT
JOSE THOMAZ NONO	PMDB	JOSE BELATO	PMDB
MENDONCA NETO	PDT	JOSÉ GERALDO	PMDB
OLAVO CALHEIROS	PMDB	JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO
ROBERTO TORRES	BLOCO	JOSE ULISSES DE OLIVEIRA	BLOCO
		MARCOS LIMA	PMDB
SERGIPE		NILMARIO MIRANDA	PT
BENEDITO DE FIGUEIREDO	PDT	ODELMO LEAO	PP
CLEONANCIO FONSECA	PRN	OSMANIO PEREIRA	PSDB
DJENAL GONCALVES	PPR	PAULO DELGADO	PT
JERONIMO REIS	BLOCO	PAULO ROMANO	BLOCO
JOSE TELES	PPR	PEDRO TASSIS	PMDB
MESSIAS GOIS	BLOCO	RONALDO PERIM	PMDB
PEDRO VALADARES	PP	SANDRA STARLING	PT
		SERGIO MIRANDA	PCdoB
BAHIA		SERGIO NAYA	PMDB
		TARCISIO DELGADO	PMDB
ANGELO MAGALHAES	BLOCO	TILDEN SANTIAGO	PT
AROLDO CEDRAZ	PRN	WILSON CUNHA	BLOCO

ESPIRITO SANTO

ARMANDO VIOLA
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES
HELVECIO CASTELLO
JONES SANTOS NEVES
LEZIO SATHLER
RITA CAMATA
ROBERTO VALADAO

PMDB
BLOCO
PSDB
PL
PSDB
PMDB
PMDB

LIBERATO CABOCLO
LUIZ GUSHIKEN
MARCELINO ROMANO MACHADO
MARCELO BARBIERI
MENDES BOTELHO
NELSON MARQUEZELLI
OSWALDO STECCA
PAULO LIMA
ROBSON TUMA
VADAO GOMES
VALDEMAR COSTA NETO
WALTER NORY

PDT
PT
PPR
PMDB
BLOCO
BLOCO
PMDB
BLOCO
PL
PP
PL
PMDB

RIO DE JANEIRO

AMARAL NETTO
AROLDE DE OLIVEIRA
CARLOS ALBERTO CAMPISTA
CARLOS LUPI
CARLOS SANTANA
CIDINHA CAMPOS
FRANCISCO DORNELLES
FRANCISCO SILVA
JAIR BOLSONARO
JANDIRA FEGHALI
JOSE EGYDIO
JOSE VICENTE BRIZOLA
LAERTE BASTOS
LUIZ SALOMAO
MIRO TEIXEIRA
PAULO PORTUGAL
PAULO RAMOS
SANDRA CAVALCANTI
SERGIO CURY
VIVALDO BARBOSA
VLADIMIR PALMEIRA

PPR
BLOCO
PDT
PDT
PT
PDT
PPR
PP
PPR
PCdoB
PL
PDT
PSDB
PDT
PDT
PP
PDT
PPR
PDT
PDT
PT

MATO GROSSO

ITSUO TAKAYAMA
JONAS PINHEIRO
RICARDO CORREA
RODRIGUES PALMA
WELINTON FAGUNDES

PSD
BLOCO
PL
BLOCO
PL

DISTRITO FEDERAL

BENEDITO DOMINGOS
CHICO VIGILANTE
JOFRAN FREJAT
MARIA LAURA
OSORIO ADRIANO
PAULO OCTAVIO
SIGMARINGA SEIXAS

PP
PT
BLOCO
PT
BLOCO
PRN
PSDB

GOIAS

HALEY MARGON

PMDB

SÃO PAULO

ADILSON MALUF
ALDO REBELO
ARMANDO PINHEIRO
BETO MANSUR
CARDOSO ALVES
CHICO AMARAL
CUNHA BUENO
EDUARDO JORGE
ERNESTO GRADELLA
FABIO FELDMANN
FLORESTAN FERNANDES
GASTONE RIGHI
GERALDO ALCKMIN FILHO
HEITOR FRANCO
HELIO BICUDO
JOSE ANIBAL
JOSE CICOTE
JOSE DIRCEU
JOSE GENOINO
JOSE SERRA
KOYU IHA

PMDB
PCdoB
PPR
PPR
BLOCO
PMDB
PPR
PT
PSTU
PSDB
PT
BLOCO
PSDB
PPR
PT
PT
PSDB
PSDB

JOAO NATAL
LAZARO BARBOSA
LUIZ SOYER
MAURO BORGES
PAULO MANDARINO
PEDRO ABRAO
ROBERTO BALESTRA
VILMAR ROCHA
VIRMONDES CRUVINEL

PMDB
PMDB
PMDB
PP
PPR
PP
PPR
BLOCO
PMDB

MATO GROSSO DO SUL

ELISIO CURVO
FLAVIO DERZI
GEORGE TAKIMOTO
JOSE ELIAS
NELSON TRAD
WALDIR GUERRA

PRN
PP
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO

PARANÁ

CARLOS SCARPELINI
DELICINO TAVARES

PP
PP

DENI SCHWARTZ
EDI SILIPRANDI
ELIO DALLA-VECCHIA
FLAVIO ARNS
IVANIO GUERRA
JONI VARISCO
JOSE FELINTO
LUCIANO PIZZATTO
LUIZ CARLOS HAULY
MUNHOZ DA ROCHA
ONAIRES MOURA
PAULO BERNARDO
PEDRO TONELLI
REINHOLD STEPHANES
WERNER WANDERER
WILSON MOREIRA

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN
DEJANDIR DALPASQUALE
EDISON ANDRINO
HUGO BIEHL
JARVIS GAIDZINSKI
LUIZ HENRIQUE
NELSON MORRO
NEUTO DE CONTO
ORLANDO PACHECO
PAULO DUARTE
VALDIR COLATTO
VASCO FURLAN

RIO GRANDE DO SUL

ADÃO PRETTO
ADROALDO STRECK
ADYLSO MOTA
ALDO PINTO
AMAURY MULLER
ARNO MAGARINOS
CARLOS AZAMBUJA
CELSO BERNARDI
EDEN PEDROSO
EDSON MENEZES SILVA
GERMANO RIGOTTO
IBSEN PINHEIRO
IVO MAINARDI
JOAO DE DEUS ANTUNES
JORGE UEQUED
JOSE FORTUNATI
LUIZ ROBERTO PONTE
MENDES RIBEIRO
NELSON JOBIM
NELSON PROENÇA
ODACIR KLEIN
OSVALDO BENDER
PAULO PAIM
VALDOMIRO LIMA

PSDB
PSD
PDT
PSDB
BLOCO
PMDB
PP
BLOCO
PP
PSDB
PSD
PT
PT
BLOCO
BLOCO
PSDB

VICTOR FACCIONI
WALDOMIRO FIORAVANTE
WILSON MÜLLER

PPR
PT
PDT

O SR. PRESIDENTE (Adyilson Motta) — As listas de presença acusam o comparecimento de 69 Srs. Senadores e 314 Srs. Deputados.

Há número regimental.
Declaro aberta a sessão.

O Sr. José Fortunati — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adyilson Motta) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é visível que não existe **quorum** regimental neste momento, por isso, invocando o art. 28, solicito a suspensão da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Adyilson Motta) — Nos termos do art. 28, invocado pelo nobre Deputado José Fortunati, a Presidência concede a verificação de **quorum**, para que não paire qualquer dúvida sobre a lisura dos trabalhos do Congresso.

Determino a abertura dos painéis e aguardarei até meia hora que se complete a verificação.

Hoje, vamos começar novamente pela Câmara, mas vou propor que essas verificações comecem alternadamente — um dia pela Câmara, outro pelo Senado.

O Sr. Luís Eduardo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adyilson Motta) — Tem a palavra V. Exª.

O SR. LUÍS EDUARDO (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª vai proceder à verificação e dar o tempo de trinta minutos para que o processo se complete. São 16h10min. V. Exª aguardará até às 16h40min, perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Adyilson Motta) — Trinta minutos é o que estabelece o art. 29 do Regimento Interno.

O SR. LUÍS EDUARDO — Então, gostaria de fazer um apelo a todos os Deputados do Partido da Frente Liberal, que se encontram nas diferentes dependências da Casa, para que compareçam ao plenário, a fim de que possamos ter **quorum** para iniciarmos a presente sessão.

O Sr. Moroni Torgan — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adyilson Motta) — Quero declarar aos nobres Deputados que estou aguardando trinta minutos. A sessão não está aberta, porque não foi verificado o **quorum**. Então, não posso conceder-lhe a palavra. Vamos aguardar trinta minutos. Está suspensa a sessão. Tão logo se complete o **quorum** em uma das Casas, nós faremos a verificação na outra.

(Suspensa às 16h10min, a sessão é reaberta às 16h26 min)

O SR. PRESIDENTE (Adyilson Motta) — Atendida a verificação de **quorum** pedida pelo nobre Deputado José For-

PT
PSDB
PPR
PDT
PDT
PPR
PPR
PT
PCdoB
PMDB
PMDB
PMDB
PPR
PSDB
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PPR
PT
PDT

tunati, constata-se a presença de 103 Srs. Deputados e 14 Srs. Senadores em plenário.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para Breves Comunicações.

O Sr. Moroni Torgan — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Com a palavra V. Exª, para falar em nome da Liderança do Governo na Câmara dos Deputados.

O SR. MORONI TORGAN (PSDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acabo de receber a notícia de uma possível renúncia do Deputado Vital do Rêgo ao cargo de coordenador da Procuradoria parlamentar. S. Exª, há muito tempo, tem honrado esta casa com seus pareceres e com seu procedimento.

Gostaria de fazer um apelo ao Deputado Vital do Rêgo no sentido de que permaneça à frente da Procuradoria da Casa. Pressão alguma deve mudar sua disposição de continuar no brilhante trabalho que tem feito.

Gostaria de apelar para os colegas a fim de que possamos dar a sustentação que o Deputado Vital do Rêgo merece, porque não é por aplicar o regimento, por aplicar a legislação, que S. Exª deverá ser punido.

Deixo este registro e mais uma vez faço um apelo ao Deputado Vital do Rêgo para que permaneça na Procuradoria da Casa. Precisamos do seu trabalho e da sua competência.

O Sr. Wilson Müller — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Wilson Müller.

O SR. WILSON MULLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo em vista a manifestação do nobre Deputado Moroni Torgan, quero dizer a V. Exª e a esta Casa que, no que diz respeito à minha pessoa, não sou contrário a que se componham os órgãos desta Casa. A restrição apenas que faço é para lembrar que a Câmara dos Deputados não tem a figura do Procurador. O que existe, na verdade, é uma procuradoria composta por onze membros, um órgão colegiado que não pode ser atropelado de forma alguma, muito menos por um dos seus membros.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência faz um apelo aos Srs. Deputados para que entendam que só poderá falar quem estiver inscrito, Líder, Vice-Líder, por designação do partido ou por questão de ordem fundamentada.

O Sr. José Fortunati — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero pedir um esclarecimento baseado no art. 189 do Regimento Interno do Senado Federal, que afirma o seguinte:

“Art. 189. O Presidente prefixará dia, horário e Ordem do Dia para a sessão extraordinária, dando-os a conhecer, previamente, ao Senado, em sessão ou através de qualquer meio de comunicação”.

Levando em consideração que o Regimento Comum não dispõe sobre essa matéria, subsidiariamente estamos usando o regimento do Senado. Então, a indagação que faço à Presidência é a seguinte: qual a matéria que está na Ordem do Dia que será objeto de deliberação ou apreciação por parte deste Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência responde ao nobre Deputado com base no art. 174 do Regimento Interno do Senado, subsidiariamente ao Regimento Comum.

“Art. 174 — Em casos excepcionais, assim considerados pela Mesa, e nos sessenta dias que precederem as eleições gerais, poderão ser dispensados, ouvidas as lideranças partidárias, os períodos correspondentes à Hora do Expediente ou à Ordem do Dia”.

O que houve na verdade, nobre Deputado, foi um acerto entre as Lideranças para que o Congresso continuasse funcionando enquanto aguarda uma decisão do Poder Judiciário. Desejamos que não haja um impasse entre os dois Poderes.

Então, o Presidente do Congresso nacional para manter-se numa espécie de vigília, determinou que fossem realizadas as sessões ontem e hoje.

Por isso, não há matéria a ser apreciada hoje na Ordem do Dia.

O Sr. Luiz Salomão — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a propósito do pronunciamento de V. Exª, gostaria de esclarecer que não foi decisão das Lideranças; foi decisão de alguns membros da Mesa da Câmara, da Mesa do Senado e de alguns Líderes de alguns partidos. Nós, inclusive, sentimos-nos profundamente discriminados pelo fato de se estarem realizando reuniões das Lideranças, às quais o Partido Democrático Trabalhista e outros partidos não têm sido convidados, para tomarem decisões dessa gravidade.

Sentimos que essa decisão tem um caráter estritamente político, de provocar um clima de tensão entre dois Poderes da República. Se de fato há uma crise artificial em gestação, esta decorre exclusivamente de posição assumida pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que não querem acolher uma decisão de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, tomada à luz do Regimento do Supremo Tribunal Federal e à luz da Constituição Federal. Houvesse o acatamento da decisão adotada em caráter liminar, em caráter cautelar, pelo Ministro Marco Aurélio de Mello, não estaríamos vivendo esse clima de falsa crise, de artificial tensão criada estritamente para pressionar os Ministros do Supremo Tribunal Federal a tomarem a decisão que interessa aos partidos que compõem a maioria.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Nobre Deputado, não houve nenhuma questão de ordem. Não há o que contraditar. Foi feito um registro pelo nobre Deputado Luiz Salomão. O Regimento não fala em ouvir todas as Lideranças; fala: “ouvidas as Lideranças”. Então, a Presidência vai conceder a palavra ao primeiro orador inscrito para o período de Breves Comunicações.

O SR. GASTONE RIGHI — Mas V. Exª me permite, como Líder, a utilização da palavra em qualquer momento da sessão? Desejaria fazê-lo para o mesmo registro do Líder Luiz Salomão. E é indispensável que o faça. Não é possível que fique constando das Atas, sucessivamente, Sr. Presidente, a manifestação apenas de um lado, a versão apenas de um lado, as afirmações apenas de um lado. Conceda-me a palavra ainda por cinco ou três minutos, só para o registro do pensamento da Liderança do Bloco Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência vai conceder a palavra a V. Exª por uma questão até de equidade, já que a concedeu ao nobre Deputado Luiz Salomão, que não falou em nome da Liderança, não ocupou o tempo de Liderança, no caso.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. GASTONE RIGHI (Bloco Parlamentar — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quando aqui se diz que a Casa não atendeu à decisão do Supremo ou não agiu dentro dos parâmetros constitucionais, na verdade se diz mais do que uma inverdade; fere-se todo o real desenvolvimento daquilo que aconteceu neste Congresso Nacional. Desde que recebida a comunicação da concessão da liminar em favor de alguns partidos desta Casa — e agora uso “alguns” no sentido indefinido e de minoria — a Mesa do Congresso Nacional atendeu instantaneamente e deliberou, em reunião da Mesa, da qual fizeram parte a maioria, a grande maioria, a quase totalidade dos Líderes, que representam a quase totalidade de Deputados e Senadores do Congresso Nacional, que fariam uma sessão do Congresso Nacional que se manteria permanente, aguardando a decisão final do Supremo Tribunal Federal nesta matéria, uma vez que as informações estavam sendo prestadas e um agravo e um pedido de reconsideração estavam sendo feitos. Não há procedimento de maior obediência, de maior observância à lei, ao princípio da autoridade, à separação dos Poderes e à harmonia entre os Poderes do que esse. E foi o que fizemos. Não foram alguns Líderes, não foram alguns — usando, sim, o pronome indefinido — partidos políticos: foi a quase totalidade deles. Apenas ali não estavam presentes exatamente os representantes dos partidos que impetraram a ação extracongressual no Judiciário e que seriam responsáveis por este impasse que estamos vivendo. Não há uma crise. Existe um impasse. Vivemos um instante em que precisamos e dependemos do nosso recurso, dependemos da reafirmação, pelo Tribunal Pleno, daquilo que foi decidido isoladamente por um Juiz, pelo relator do processo. É isso o que estamos paciente e ordeiramente aguardando.

Esperamos que ainda hoje tenhamos uma decisão final dada pelo Tribunal Pleno que possibilite o prosseguimento dos trabalhos da revisão constitucional ou até mesmo a recomposição das sessões, de modo que a revisão constitucional venha a ocorrer, como é vontade da maioria e determinação plena e absoluta da Constituição Federal no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Sr. Aldo Rebelo — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência já tinha anunciado a concessão da palavra ao Deputado Munhoz da Rocha. Se houver concordância de S. Exª, concedo-lhe a palavra.

O SR. MUNHOZ DA ROCHA — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Com a concordância do Deputado Munhoz da Rocha, para uma questão de ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (PC do B — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª que esclareça à Casa em que artigos dos Regimentos — Regimento Comum, da Câmara ou do Senado — está prevista a existência de sessão permanente do Congresso Nacional, como a que se referiu o Deputado Gastone Righi, ou de sessão de vigília do Congresso Nacional.

Gostaria de ser esclarecido para, inclusive, disso poder tomar conhecimento oficial, já que fui informado extra-oficialmente da presumível sessão permanente, ou da presumível sessão de vigília. Gostaria de ter esse esclarecimento de V. Exª.

O Sr. Genebaldo Correia — Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Para contraditar, concedo a palavra ao nobre Deputado Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sabe a Casa e sabe o eminente líder Aldo Rebelo que o Supremo Tribunal Federal, ou melhor, que um Ministro do Supremo Tribunal Federal, em despacho de mandado de segurança requerido pelo Líder do PC do B e outros Deputados, concedeu liminar, sustentando a pauta dos trabalhos do Congresso Nacional, porque, por decisão soberana desta Casa, a prioridade é a revisão constitucional.

A decisão do eminente Ministro sustou o andamento da nossa pauta. E alguns partidos, como bem disse aqui o Líder Luiz Salomão, decidiram que o correto seria o Congresso Nacional respeitar a decisão do Supremo, cancelando, como cancelou, a sessão solene de instalação da revisão constitucional, e desconvidando as autoridades que estavam convidadas para o ato, em sinal de respeito ao Poder Judiciário, de acatamento à sua decisão.

Decidiram ainda, em seguida, encaminhar pedido de reconsideração ao Ministro Marco Aurélio de Mello e ficar o Congresso em sessão permanente, aguardando a decisão quanto ao mérito ou quanto à reconsideração, por despacho, do Sr. Ministro. E é isto o que estamos fazendo aqui. Estamos em sessão permanente do Congresso Nacional, com a pauta sobrestada por decisão do Supremo. E o Supremo encontra-se reunido para tomar uma decisão.

O SR. HAROLDOLIMA — Não é verdade. Não apoiado.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Sobrestada, sim, Sr. Presidente, porque a vontade da maioria esmagadora desta Casa é fazer a revisão constitucional. Portanto, a nossa pauta prioritária é a revisão constitucional, embora alguns partidos, para estranheza desta Casa, admitam que a nossa pauta possa ser estabelecida lá fora.

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, é o contrário. Não se trata disso; não é verdade.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Nós, aqui, é que estabelecemos a pauta desta Casa.

O Sr. Haroldo Lima — V. Exª quer que a Câmara dos Deputados deixe de funcionar, enquanto o Poder Judiciário não se pronunciar.

O SR. GENEALDO CORREIA — Sr. Presidente, a maioria esmagadora entende que a pauta prioritária é a revisão constitucional. E se ela está sobrestada, aguardaremos a decisão do Supremo Tribunal Federal e a acataremos, qualquer que seja. Espero que, se a decisão for em favor da Mesa ou da Casa, saibam os Parlamentares descontentes respeitá-la, como respeitamos o despacho do Ministro Marco Aurélio. Espero que acatem e aplaudam a decisão que foi tomada pelo Supremo Tribunal Federal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência repetirá o que já disse anteriormente.

Foi levantada uma questão de ordem pelo Deputado Aldo Rebelo e repetirei aqui o art. 174 do Regimento Interno do Senado Federal:

“Art. 174. Em casos excepcionais, assim considerados pela Mesa, e nos sessenta dias que precederem as eleições gerais, poderão ser dispensados, ouvidas as lideranças partidárias, os períodos correspondentes à Hora do Expediente ou à Ordem do Dia.”

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Deputado Munhoz da Rocha.

O SR. MUNHOZ DA ROCHA (PSDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, embora o meu pronunciamento não aborde o assunto central de hoje, decidi fazê-lo, em face da grande expectativa que entendo existir no meio ferroviário.

Sr. Presidente, conforme é do conhecimento desta Casa, o BNDES contratou o consórcio de empresas Nova Ferrovia para estudar e propor um modelo de privatização para a RFFSA.

Sendo constantemente indagado a respeito por companheiros ferroviários, preocupados com os seus destinos e o da empresa em que trabalham com reconhecida dedicação e competência, sinto-me induzido, por força dessa justificada apreensão, a expressar, mais uma vez, minha posição sobre o assunto.

É sabido que, não só nos países do Primeiro Mundo, mas inclusive em muitos daqueles que se encontram no mesmo grau de desenvolvimento que o nosso, a ferrovia apresenta expressiva participação na matriz de transporte, superando a da rodovia, em muitos casos.

No Brasil o trem transporta apenas 23% do total de cargas movimentadas, contra os 56% do caminhão; mas, deduzido o minério, essa cifra cai para 9%, o que é inconcebível para um país de dimensões continentais como o nosso.

Esse inaceitável quadro é fruto do equivocado tratamento que o setor ferroviário vem recebendo, há muito tempo, por parte do Governo Federal.

Os investimentos em ferrovia são cada vez menores. Nos últimos anos, além de inexpressivos, nem sempre vêm atendendo ao critério de prioridades.

No Paraná, a construção da nova linha Curitiba-Paraguá, para citar apenas um exemplo, está com suas obras paralisadas há vinte anos, por alegada falta de recursos, quando é sabido que os recursos surgem para a execução de projetos de discutível viabilidade econômica em outros setores.

Além de não receber do Tesouro Nacional os necessários recursos para investimentos, a RFFSA tem sua situação financeira agravada pelo não-ressarcimento por serviços prestados pela estatal à União, como a manutenção de ramais antieconô-

micos ou a fixação de tarifas a valores mais baixos, por razões sociais ou estratégicas. O débito acumulado de 1985 a 1992 chega à casa dos 346 milhões de dólares.

Com isso, a manutenção das linhas, das instalações fixas em geral e do material rodante fica postergada.

Atualmente, 38% das 1.400 locomotivas existentes estão imobilizadas nas oficinas por falta de recursos para a aquisição de peças sobressalentes.

Os prejuízos à economia nacional, diante de tal situação, são tão grandes que justificariam a alocação de recursos do Tesouro a fundo perdido para a compra de peças, bem como a isenção de impostos em sua importação. Em que pese as dificuldades enfrentadas pela ferrovia, como muitas vezes aqui disse, apesar do preocupante panorama, não vejo a privatização da RFFSA como uma solução adequada.

Os ferroviários também têm plena consciência de que o atual modelo institucional da empresa está esgotado e que somente uma mudança em sua estrutura a livrará de um crescimento vegetativo.

Em recente audiência pública, promovida pelo Ministério dos Transportes para a apresentação do modelo em estudo pelo BNDES, tive oportunidade de expressar minhas convicções sobre tão importante tema.

É um assunto tão polêmico e, no caso de uma ferrovia, tão complexo que exige longo tempo de discussão e maturação. No Japão, o modelo adotado foi precedido de cinco anos de intensos debates.

Conhecendo o acentuado espírito de percepção do Ministro dos Transportes, Deputado Alberto Goldman, não tenho dúvidas de que, consciente da complexidade da matéria e dos riscos que acarretaria ao setor uma decisão precipitada, manterá o debate pelo tempo que permita comparar a proposta do BNDES com outros modelos já estudados e a serem desenvolvidos, com a ajuda dos ferroviários, clientes e empresários.

Entendo que a solução para a ferrovia não precisa nem deve passar pela privatização. Até mesmo a idéia do arrendamento ou da concessão me preocupa.

Estou convencido de que nenhuma empresa privada iria contentar-se com o lucro indireto que alguns trechos deficitários proporcionam às economias estadual e nacional, pelas facilidades que garantem ao desenvolvimento das regiões sob sua influência, ou levar em conta os aspectos sociais e estratégicos que representam para o País.

Sem querer arcar com tais custos, o administrador, ao analisar seu balancete mensal, não resistiria à tentação de repassá-los aos fretes ou de suspender o tráfego em tais segmentos de linha, para evitar a falência, o que seria desastroso.

Também não consigo imaginar esse empresário investindo maciçamente, como é necessário, na restauração das linhas do trecho que viesse a arrendar, para garantir a normalidade do tráfego dos trens. Não creio que fizesse maiores investimentos nem mesmo na recuperação de locomotivas e vagões. Outras aplicações, de retorno mais rápido, certamente o atrairiam mais. A consequência seria uma danosa aceleração do processo de degradação da malha ferroviária.

A hipótese do Governo Federal arcar com esse ônus deve, a meu juízo, ser descartada. Se não investe o necessário à recuperação e desenvolvimento da empresa, enquanto sua, e da qual tanto depende a economia nacional, parece-me incoerente que o faça na hipótese do seu arrendamento.

Mas, pesa também, e muito, na minha tomada de posição contra a eventual privatização da RFFSA, o testemunho que

colhi, durante os trinta anos em que trabalhei nessa empresa, da capacidade já demonstrada pelos ferroviários de operá-la e administrá-la.

Como prova dessa afirmativa, cito os resultados colhidos pela Regional-Curitiba, com jurisdição sobre as linhas do Paraná e de Santa Catarina, principalmente no centenário trecho Curitiba-Paranaguá, onde as dificuldades operacionais impostas pelas rígidas condições do traçado têm sido superadas pelos ferroviários, que já transportam 50% do total de cargas exportadas pelo Porto de Paranaguá.

A escolha de um modelo mais adequado é importante; mas, se o Governo Federal passar a investir, como deve, no setor, o ferroviário dará a resposta que o Brasil dele espera, o que, aliás, já vem fazendo nas regiões onde a ferrovia recebeu algum tipo de melhoria.

Durante os debates, penso que não devemos deixar de considerar a possibilidade da adoção do contrato de gestão União-RFFSA, com as inúmeras vantagens que propicia, a exemplo da maior agilidade na administração da empresa, maior comprometimento da direção e dos empregados na execução das metas estabelecidas, maior agilização na importância de peças sobressalentes para locomotivas, maior facilidade na obtenção de recursos internos e externos para investimentos na malha e maior comprometimento do Governo Federal, principalmente no que diz respeito ao ressarcimento por serviços prestados pela empresa à União, conforme anteriormente referi.

O contrato de gestão facilitaria, ainda, a parceria com o capital privado na execução de alguns projetos específicos, como a construção de terminais intermodais, aquisição de frotas de vagões e locomotivas, ou mesmo a construção de trechos de linha.

O controle acionário continuaria com a União, e a operação, com os ferroviários, sendo o investidor privado compensado com a preferência no fornecimento de vagões ou através da redução de fretes, proporcionalmente aos valores investidos, no caso de clientes da empresa.

Concluo, solicitando aos colegas Parlamentares que meditem sobre as considerações que acabo de fazer sobre este complexo assunto. Parafraseando Fernando Pessoa, tão citado pelo Dr. Ulysses, eu diria que, em matéria de ferrovia, "privatizar não é preciso; investir é preciso".

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Tem a palavra o nobre Deputado Aldo Rebelo. (Pausa.)

Pergunto se o nobre Deputado Haroldo Lima quer fazer uso da palavra.

O Sr. Haroldo Lima — Cedo a vez ao nobre Deputado Aldo Rebelo. S. Exª vai falar como Líder?

O SR. ALDO REBELO (PC do B — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, nada como o tempo para serenar os ânimos, que até ontem estiveram tão exaltados nesta Casa, em função de medida tomada pelo Supremo Tribunal Federal. No entanto, Sr. Presidente, o passar do tempo, o decorrer das horas faz com que voltemos ao centro do debate que resultou em acontecimentos que geraram um clima de tensão e um ambiente político carregado no Congresso Nacional e no próprio País.

Sr. Presidente, os episódios que se têm sucedido nas últimas semanas e nos últimos dias são decorrentes de uma grave, prolongada e profunda luta que se trava no seio da sociedade brasileira. As classes dominantes, associadas aos grandes interesses econômicos internacionais, denunciados ontem pelo

cronista Jânio de Freitas, do jornal **Folha de S. Paulo**, fizeram, nos últimos quatro anos, três grandes tentativas de conduzir o nosso País rumo à chamada integração forçada da economia nacional aos interesses do Primeiro Mundo.

A primeira tentativa foi a eleição do ex-Presidente Fernando Collor, fracassada pela forma desastrosa como conduziu a economia, a política e a moral do País.

Com o plebiscito, houve a segunda tentativa: as forças conservadoras roubaram das camadas populares a bandeira do parlamentarismo e tentaram impor à Nação um parlamentarismo conservador, através do qual conquistariam a hegemonia do aparelho do Estado, para levar o País, em marcha forçada, no caminho do chamado neoliberalismo.

Fracassada a tentativa parlamentarista, eis que surge, orquestrada pelas mesmas forças, a terceira tentativa: o movimento pela revisão da Constituição. Polariza-se em torno desse movimento a poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o grande capital internacional, os agentes do FMI e do Banco Mundial. Não foi à-toa nem por acaso que um ex-representante do Fundo Monetário Internacional para as Américas aqui chegou e decretou a necessidade de alteração da nossa Constituição, obrigando o então Presidente Fernando Collor, ferido nos seus brios de mandatário maior do País, a pedir que o FMI retirasse o seu representante do território nacional.

A revisão da Constituição divide a sociedade brasileira, provoca tensão e polariza as atenções, porque tem um significado muito grave e profundo para os destinos do nosso País. Não é por acaso, não é por não ter o que fazer, não é para perder tempo que correntes significativas, envolvendo religiosos, advogados e sindicatos, se posicionam numa trincheira, enquanto o poderoso empresariado monopolista e internacional posiciona-se em outra, do outro lado, do lado das lideranças conservadoras.

Sr. Presidente, a Constituição impõe limites para que o País não seja violentado pelas exigências dos credores do Fundo Monetário Internacional e por aqueles que querem impor-nos essas transformações econômicas absurdas. É justamente por se voltar contra o texto constitucional que parcela significativa da sociedade brasileira se opõe à revisão, resiste a ela. Advertimos às Mesas da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional que não se coloquem a serviço de interesses tão espúrios e escusos, e aos Parlamentares, que têm um nome a defender; a ser respeitado, que não proponham um regimento de caráter fascista. Nada teremos a fazer se a proposta de regimento do Deputado Nelson Jobim for aprovada. É melhor entregar logo ao PMDB e ao PFL os destinos do País, porque os da Casa eles já o terão em suas mãos.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adylson Motta) — Nobre Deputado Haroldo Lima, V. Exª vai levantar questão de ordem?

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, eu estou inscrito para falar.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Pela ordem de inscrição, a nobre Deputada Jandira Feghali é a próxima oradora. Se S. Exª estiver presente e aceitar a permuta, a Presidência nada tem a opor.

O Sr. Haroldo Lima — Peço, então, para falar no lugar da nobre Deputada Jandira Feghali.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência concederá a palavra a V. Ex^a, mas deixa claro, para futuros casos, que só haverá permuta se os dois interessados estiverem presentes no plenário. Creio que V. Ex^a não sabia dessa norma.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Muito obrigado. Sr. Presidente, o Congresso Nacional está enfrentando uma situação peculiar e, de certa forma, delicada, depois que determinados Líderes recorreram ao Supremo Tribunal Federal para que aquela alta Corte avaliasse a decisão da Mesa relativamente àquela tumultuada sessão, a partir da qual as coisas se precipitaram nesta Casa.

Agora, tomamos conhecimento de que o Congresso está em regime de vigilância. Não existe, nos nossos Regimentos, referência a reunião de vigilância. Não tem abrigo regimental essa medida, que não se sabe nem quem determinou. Está por trás dela a idéia de que, frente a uma liminar concedida por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, cabe uma represália do Congresso contra o Judiciário, o que é absolutamente surpreendente.

O povo brasileiro está tomando conhecimento desse fato. A partir disto, que autoridade terá o Congresso para legislar? O povo também promoverá represálias contra a Justiça se esta for contra seus pleitos?

O que nos espanta é que estão em curso nas duas Casas do Congresso diversas medidas atentatórias ao exercício democrático do mandato parlamentar. Chamo a atenção dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados para o fato de que passa a existir, nesta Casa, o chamado Colégio dos Líderes que apóiam a revisão constitucional. Esse Colégio de Líderes é ilegal, discricionário, anômalo e marginal.

Tenho em mãos o Regimento da Câmara, que determina o seguinte, em seu art. 20:

“Art. 20. Os Líderes da Maioria, da Minoria, dos Partidos, dos Blocos Parlamentares e do Governo constituem o Colégio de Líderes.”

Sr. Presidente, este é o dispositivo regimental aprovado por nós após experiência vitoriosa na Constituinte. Durante todos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte fui o Líder do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, e nunca, em tempo algum, em meio a tão exacerbadas polêmicas, o Presidente da Câmara, ou o do Senado, ou o da Assembleia, o saudoso Dr. Ulysses Guimarães, convocou um colégio dos Líderes que apoiavam determinada posição. Jamais houve tanta polêmica nesta Casa quanto na época da Constituinte. No entanto, nunca houve um Colégio de Líderes faccioso, parcial, que se reunisse sob o patrocínio do Presidente da Câmara ou do Senado. Consideramos essa prática um atentado à democracia, um atentado ao convívio salutar dos Líderes e dos Parlamentares, um atentado contra o art. 20 do Regimento Interno da Câmara, que não prevê Colégio de uma facção de Líderes.

Sr. Presidente, também quero chamar a atenção para o que acabou de dizer o Líder do PC do B a respeito da proposta de regimento para os trabalhos da revisão constitucional que começa a transitar pelos corredores da Casa e, eventualmente, poderá ser regulamentado. Vamos apresentar, amanhã ou nos próximos dias, um estudo sobre as nossas Constituições, desde o Império, passando por todas as que foram promulgadas no Brasil, até chegar ao projeto de regimento do Deputado Nelson Jobim.

Posso dizer, de forma precisa e científica, que jamais ocorreu a nenhum déspota, neste País, apresentar um regimento tão abertamente discricionário. Lamento profundamente, porque acompanhei todo o trabalho positivo que o Deputado Nelson Jobim desenvolveu na Constituinte de 1987. Como vai S. Ex^a agora se prestar a esse papel, propor um regimento abertamente fascista?

É um regimento como nunca houve nesta Casa. Posso dizer isto porque examinei o assunto com todo o cuidado. Só há um precedente de proposta de regimento discricionário: a apresentada pelo Senador Fernando Henrique Cardoso na Constituinte de 1987. Houve uma revolta generalizada, sua proposta foi flagorosamente derrotada e aprovou-se um regimento muito mais democrático do que pretendia S. Ex^a. Pois bem, diante da proposta do Deputado Nelson Jobim, a proposta de Fernando Henrique Cardoso, considerada, na época, abertamente ditatorial, anti-democrática, passa a ser tímida.

Sr. Presidente, Nelson Jobim é um Deputado que apreciamos e ainda apreciamos nesta Casa — estão dizendo aqui que nem todos o apreciam.

Acompanhei o trabalho de S. Ex^a na Constituinte e devo dizer que teve momentos altos. O Constituinte Nelson Jobim prestou relevantes serviços na elaboração da nossa Constituição, e agora joga pela janela todo esse seu passado, ao apor sua rubrica em uma proposta de regimento abertamente ditatorial.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PC do B — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o assunto do momento, como não poderia deixar de ser, é a revisão constitucional. Inúmeros artigos, livros e ensaios têm sido publicados sobre o tema.

Recebemos, através de fax, declaração do Governador de Minas Gerais sobre o assunto. No estilo lacônico que lhe é peculiar, o Governador Hélio Garcia, em apenas três parágrafos, define a sua posição.

S. Ex^a começa afirmando:

“Sou favorável à revisão constitucional agora, porque é isto que está previsto na Constituição. É isto, portanto, que temos de cumprir.”

Sr. Presidente, o Governador desconhece que o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias carece de interpretação. Se afirmarmos que tudo o que está escrito na Constituição deve ser cumprido, o artigo que dispõe sobre a limitação de juros em 12% ao ano também deveria estar sendo cumprido.

O art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias faz parte de uma lei anexa à Constituição, e está sendo contestada a interpretação que se quer dar a ele, a de que é um imperativo o início da revisão constitucional.

Talvez o maior atentado à lógica do que seja uma Constituição venha no segundo parágrafo da declaração do Governador. Diz S. Ex^a:

“Os Constituintes praticaram um ato de sabedoria ao fixar um prazo para essa revisão, pois só o tempo seria capaz de mostrar os erros e as imperfeições da atual Constituição.”

Presumo que o Governador de Minas considere o atual Congresso, no mínimo, tão sábio quanto o foi a Assembléia Nacional Constituinte. Nesse sentido, prevê-se que a assembléia revisional, determinará para daqui a cinco anos uma outra revisão da Constituição. Por essa lógica não teremos uma Constituição permanente; teremos, sim, uma Constituição periódica, que será revista de cinco em cinco anos.

Estamos há um ano nos preparando para tal revisão. Levaremos seis meses ou um ano para realizá-la. Ela vigorará durante três anos e, então, recomeçará esse processo.

Raciocinar dessa forma é não entender o que seja uma Constituição, o que representa uma Assembléia Constituinte, quais os princípios que devem vigorar na ordem institucional do Estado brasileiro. Considero esse raciocínio um atentado à lógica! Considero-o a defesa de uma Constituição — desculpem-me a expressão — que poderia ter a rotatividade de um motel.

Leio ainda o que diz o terceiro parágrafo do pronunciamento do Governador de Minas Gerais sobre a revisão constitucional:

“De 1988 até agora muita coisa essencial mudou no mundo e no Brasil. A revisão é a grande oportunidade que temos para nos adaptarmos às novas idéias e conceitos que hoje governam o mundo.”

O mundo, Sr. Presidente, está em mudança permanente. Então, se daqui a dois anos novos fatos abalarem o mundo, teremos uma outra Constituição, teremos uma outra assembléia revisora?

Essa avaliação considera a Constituição brasileira como uma lei menor que pode ser alterada pela maioria absoluta do Congresso Nacional em sessão unicameral e — pasmem V. Ex^{ta}! — com um **quorum** menor que o da Constituinte, que exigia votação em dois turnos. Pretende-se, assim, que a assembléia revisora tenha um procedimento de votação em apenas um turno.

Ficamos a reboque de acontecimentos que alguns julgam importantes e não respeitar as instituições do nosso País!

Venho, de público, lamentar a forma como o Governo de Minas Gerais se pronuncia sobre a revisão constitucional. Antes, tínhamos um ditado: “quando Minas fala, o Brasil ouve”. Mas digo com singeleza, e até de forma simplória, que, do jeito como Minas se vem pronunciando, não terá mais o respeito do Brasil.

Além da forma, o conteúdo da nota do Governador de Minas é profundamente frágil. Não resiste a uma argumentação sólida. Basear-se nessa rotatividade constitucional, em mudanças periódicas na Constituição, é não prezar as tradições políticas de defesa da soberania e da democracia que sempre tivemos em Minas Gerais!

O Sr. Cunha Bueno — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Tem V. Ex^{ta} a palavra.

O SR. CUNHA BUENO (PPR — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de saber se há algum critério para inscrição de oradores nesta sessão, porque até agora só falaram aqueles que questionaram a realização da sessão.

Existe algum critério ou é somente por ordem de inscrição?

O Sr. Haroldo Lima — O critério é por ordem de inscrição, Deputado Cunha Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Presidência comunica ao nobre Deputado Cunha Bueno que existe uma lista de inscrição, a qual é rigorosamente observada.

O Deputado tem direito de levantar a questão de ordem, em qualquer parte da sessão, desde que fundamentada. Tem igualmente esse direito os Srs. Líderes, por preceito regimental, em qualquer momento da sessão. Afora essas situações, não se pode conceder a palavra a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Para cumprir o Regimento Interno da Casa, tem a palavra a nobre Deputada Socorro Gomes.

A SRA. SOCORRO GOMES (PC do B — PA. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Parlamento brasileiro já teve grandes momentos de resistência ao arbítrio. Quando foi proposta a cassação do combativo Deputado Márcio Moreira Alves, este Parlamento não se curvou ao arbítrio e, por isso, foi fechado.

Temos observado, nos últimos dias, a prática de truculência, de discriminação, de arbítrio e, por que não dizer, de fascismo por parte da Mesa Diretora e de uma maioria eventual neste Congresso, no sentido de impedir que as oposições falem. Agora mesmo estão insinuando que quem se opuser a que não se abra a sessão sem o **quorum** necessário não poderá falar.

Sr. Presidente, entendemos que esta Casa tem tido uma atitude golpista não só na forma, mas, em especial, no seu objetivo de rasgar a Constituição, com a única finalidade de servir ao grande capital, aos grandes banqueiros do Brasil, dos Estados Unidos e de outros países. Nesse sentido, com o objetivo de calar a voz das oposições, a exemplo do impedimento que a população sofreu ao tentar acompanhar o voto e as manifestações dos Deputados eleitos pelo povo, foi negada a participação popular.

Agora, realizar simplesmente, a Mesa toma a decisão de não redizar as sessões da Câmara dos Deputados. Todos os dias diversos Deputados vêm para cá com a intenção de participar, expor suas opiniões, discutir e aprovar questões de mais alta relevância para o País e para o povo brasileiro, mas eis que encontram o plenário esvaziado, o que impede que a Câmara dos Deputados se reúna.

Nesse sentido, Sr. Presidente, vários partidos elaboraram uma nota da qual darei conhecimento a esta Casa:

Exmo. Senhor
Deputado Inocêncio Oliveira
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Senhor Presidente,

Nos últimos dias o Congresso Nacional tem sido palco de acalorados debates versando sobre a revisão constitucional. Divergências acerca da aplicação dos regimentos terminaram por remeter decisões do Congresso à apreciação do Supremo Tribunal Federal, motivando a expedição de liminar que susta os efeitos de uma sessão do Congresso Nacional.

Anunciada esta liminar, fomos surpreendidos com a decisão tomada por V. Exa, sem a anuência do Colégio de Líderes, suspendendo as sessões da Câmara dos Deputados. Comenta-se ser esta uma forma de pressionar a instância maior do Judiciário, o que no mínimo é surpreendente. Além do mais, tal atitude, longe de significar

a reafirmação da soberania do Legislativo, traz consigo uma visão de que a Câmara e o Senado devem se imobilizar à espera de decisões do Judiciário.

Se existem divergências quanto à autonomia dos dois poderes, o Legislativo tem no seu plenário o principal e único palco para o debate do assunto. É com o pleno funcionamento da Câmara e do Senado que o Legislativo resolve soberanamente suas divergências e reafirma sua independência.

Por último, constatamos, com muita tristeza, que nos últimos tempos, tem sido uma constante na Câmara e no Senado a realização de reuniões, patrocinadas pelos Presidentes das duas Casas, com a participação de apenas uma parte do colégio de líderes. Tal prática, além de ilegal e discriminatória, quebra uma tradição democrática, que existe há anos em nosso convívio.

Diante do exposto, solicitamos de V. Ex.^a o imediato reinício das sessões normais da Câmara dos Deputados e o término da lamentável prática de se realizar sob o patrocínio da presidência da Câmara, reuniões com apenas uma parte do seu colégio de líderes.

Assinam o Sr. Aldo Rebelo, Líder do PC do B; o Sr. Luiz Salomão, Líder do PDT; o Sr. Vladimir Palmeira, Líder do PT; o Sr. Ernesto Gradella, Líder do PSTU; e o Sr. Luis Piauhyllino, Líder do PSB."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jones Santos Neves.

O SR. JONES SANTOS NEVES (PL — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dando como certo que será reconstituída a ordem jurídica e o Supremo Tribunal Federal decidirá em favor da continuidade da revisão constitucional, quero, nesta oportunidade, iniciar um trabalho de contribuição à revisão constitucional, falando sobre um tema que vai ser um dos mais importantes na oportunidade das discussões, ou seja, a Previdência Social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, nos últimos dias 28 e 29 de setembro, sob os auspícios do Ministério da Previdência Social, realizou-se importante encontro para a discussão dos grandes temas ligados à Seguridade Social. Na impossibilidade de comparecer pessoalmente, já que me encontrava em missão oficial no exterior, encaminhei à direção dos trabalhos colaboração sobre o título: "Previdência Social — Experiência Internacional".

Creio importante deixar registrados nos Anais desta Casa os principais pontos que tive ensejo de abordar naquela minha exposição. É o que faço a seguir:

Discorrer sobre o tema "Previdência Social" é algo que, por um lado fascina, mas que, por outro, entristece.

Fascina por razões óbvias: é com a Previdência que mais explicitamente se revela o nobre princípio da solidariedade social.

E entristece porque o contrário com que nos deparamos não é nada estimulante. Observa-se, amiúde, uma curva decrescente associada à Previdência Social: ora em termos de qualidade nos benefícios, ora em termos de expectativa na manutenção do sistema.

O quadro alentador não está desenhado apenas no Brasil. Outros sólidos sistemas previdenciários encontram-se às voltas com a busca de soluções tendentes a eliminar distorções que o tempo se incumbiu de alimentar.

Tais distorções são, em grande parte, causadas pela ampliação da expectativa de vida dos segurados. Esse é elemento suficiente para renegar qualquer sistema previdenciário. Tanto aquele que funcione por repartição, como aquele que opere por capitalização. Não há como deixar de sofrer abalos um sistema montado para pagar aposentadorias a segurados cuja vida média é de, por exemplo, 70 anos, se, aos poucos, tal sistema se vê obrigado a prorrogar por mais 5 anos o pagamento do benefício, sem que para isso tenha havido contraprestação suficiente por parte dos beneficiários.

A extrema relevância que o aumento da expectativa de vida tem nos sistemas previdenciários pode ser comprovada com a constatação de que, embora muito distanciadas as datas em que foram implantados os sistemas públicos de previdência de diversos países, é razoavelmente próximo no tempo o instante em que cada um desses sistemas iniciou sua instabilidade.

Vários outros fatores contribuem para a denegação dos sistemas previdenciários de diferentes Países, operando efeitos isoladamente. tal é o caso de uma grave crise econômica, como a que se abate sobre o Brasil, capaz, sozinha, de provocar um duplo golpe na estabilidade dos cofres da Previdência: ampliar a escalada de pagamento dos benefícios, como o seguro-desemprego, e reduzir o ingresso de receitas públicas, quando oriundas de contribuições calculadas sobre a folha de salários, prejudicados pela informalização crescente das relações de trabalho.

Essas questões conjunturais, no entanto, fogem do alcance deste nosso estudo, assim como suas variantes e suas peculiaridades internacionais. O que importa, no âmbito desta nossa análise, são os problemas estruturais, comuns aos sistemas de Previdência de diversos Países.

Dentre esses, além da questão atinente ao aumento da expectativa de vida, merece destaque o problema da variação demográfica. Já não se trata, agora, de avaliar o limite médio de idade da população segurada, mas sim de apreciar a celeridade no crescimento dessa população.

Não há problema quando o índice de variação demográfica é positivo. Afinal, isso traduz uma ampliação do número de jovens, com conseqüente aumento do número de contribuintes.

A dificuldade surge no momento em que a variação demográfica é negativa: aí sim, reduzindo-se o número de contribuintes, fica estabelecida uma delicada situação, pois a população dos que continuam a envelhecer em breve estará demandando benefícios que já não contam com uma base de custeio sólida.

A gravidade da crise previdenciária, mundo afora, desde o início da década passada, está bem retratada no artigo de Frota Neto, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* do dia 18-9-93, sob o título "Previdência em Crise no Mundo":

"A ameaça está configurada: alguns dos mais importantes sistemas de previdência social do mundo estão vivendo de recursos emprestados, outros praticamente quebrados e alguns outros praticamente deixando de pagar os benefícios de aposentadorias. Enquanto isso acontece, os custos das aposentadorias continuam aumentando na maioria dos países industrializados e ricos que fazem parte do chamado "Primeiro Mundo". Nos Estados Unidos, os gastos do Sistema Federal de Pensões para Velhos, sobreviventes e inválidos (OASDI) deram um salto de 69 bilhões de dólares em, 1975, para 143 bilhões de dólares em 1981, devendo atingir

160 bilhões em 1984. Na Alemanha Federal um sistema previdenciário semelhante aumentou suas despesas em mais de 800% nos últimos 20 anos, de 17 bilhões de marcos em 1960 para 139 bilhões em 1980. O Fundo Nacional de Seguro Viuvez para Empregados, na França, pagou 85 bilhões de francos em 1980, ou seja, 20 bilhões de francos a mais que há apenas dois anos.

A proporção de pessoas com mais de 50 anos na população total, por seu turno, também tem aumentado continuamente em muitos países industrializados. Em 1980 esse extrato já representava 21,9% da população na Suécia; 18,8% na Alemanha Federal, 15,6% nos Estados Unidos e 12,6% no Japão. Daqui até o ano dois mil o envelhecimento da população continuará em diferentes ritmos e seu impacto será sentido muito particularmente, nos países da Europa Ocidental, e da América do Norte e no Japão.

(...) para cada japonês com mais de 65 anos de idade há sete pessoas que trabalham. No ano 2015 haverá em média duas pessoas que trabalham para cada aposentado".

Duas, portanto, as causas estruturais deflagradores da crise previdenciária, a merecerem abordagem prioritária: a elevação da expectativa de vida e a redução na variação demográfica.

Trata-se de situações consideradas favoráveis, pois apresentam indicadores positivos quanto ao nível de desenvolvimento de um Estado. Mas, paradoxalmente, são situações que, até que sejam assimiladas, afetam negativamente o sistema previdenciário dos Países nos quais se verificam.

O grande desafio, portanto, está em encontrar solução que permita à Previdência Social a rápida assimilação dessas duas situações. Tal solução, porém, ao contrário de encontrar-se oculta, está expressa claramente em uma manifestação da Comissão das Comunidades Europeias que, já em 15-11-82, ao elencar os elementos que considerava fundamentais para um bom programa de Seguridade Social, entre eles arrolou a flexibilidade do sistema quanto à idade de aposentadoria.

Com efeito, as chances de um Estado emergir razoavelmente saudável de uma grave crise em seu sistema previdenciário é diretamente proporcional às suas possibilidades de reduzir, se preciso for, o limite de idade para a concessão de suas aposentadorias. Socialmente, a medida é amplamente justificável, porque com a ampliação da expectativa de vida o adiamento da aposentadoria não irá tirar do segurado seu merecido período de descanso remunerado pelo Estado. Economicamente, a medida é imprescindível, porque, ao mesmo tempo em que posterga o início do pagamento de um benefício, mantém o segurado na condição de contribuinte do sistema.

Tudo, portanto, aconselha a adoção de mecanismos que permitam flexibilizar os sistemas no tocante à idade para concessão de aposentadoria. Essa flexibilização é que fica difícil, quando a idade para aposentadoria está inscrita na própria Constituição, como ocorre no Brasil. Trata-se, portanto, de um excelente tema a ser considerado quando da revisão da Lei Maior.

O pouco alento com que hoje os estudiosos se debruçam sobre o tema Previdência Social deve-se à constatação de problema já constituídos e não à desesperança na existência

de remédios para repará-los. Estes remédios, no entanto, podem exigir por vezes uma destemida vontade política — nem sempre fácil de se encontrar — diante do descontentamento incontornável que as medidas necessárias provocariam naqueles que são titulares de expectativa de direitos previdenciários (a expectativa do direito à aposentadoria aos 35 anos de serviço, por exemplo).

Sr. Presidente, é necessário sempre ter em mente que a Previdência Social não se destina unicamente àqueles que hoje já são seus contribuintes. O sistema previdenciário justo deverá permanecer íntegro, quando a ele ocorrerem as futuras gerações, em benefício das quais deverá ser mobilizada a vontade política dos que estão incumbidos de promover a revisão da Constituição Brasileira e das normas previdenciárias.

As soluções existem. Não tenho dúvida disto. Cumpre a nós, legisladores e Constituintes brasileiros, encontrá-las e adotá-las rapidamente, na importante revisão constitucional que vamos iniciar. Se assim procedermos, Sr. Presidente, não mais haverá tristeza no interior daqueles que versarem sobre o tema Previdência Social. Ao contrário, eles considerarão que o tema continuará a ser, para sempre e cada vez mais, fascinante.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo (UMM — SP) promoveu grande ato público com mais de 2.000 pessoas, na Praça da Sé, no dia 4 de outubro deste ano.

Dali os manifestantes se deslocaram em passeata para a sede da Prefeitura de São Paulo.

Eles protestavam contra os atrasos nos repasses de verbas municipais para a continuidade dos programas de construção de moradia pelo sistema de mutirão iniciados no Governo Luiza Erundina.

Enfrentando bloqueios policiais, o povo chegou até o Palácio da Indústria e passou a exigir negociação com o Prefeito Paulo Maluf.

Como não havia perspectiva de serem atendidos, montaram acampamento em frente à Prefeitura e lá ficaram por três dias seguidos.

Assim, é provável que novas manifestações sejam necessárias para vencer a insensibilidade do Prefeito Paulo Maluf.

Em seguida, passo a ler os documentos da UMM — SP que provam que o Prefeito não cumpre suas promessas, seus compromissos e que o sistema de mutirão é um método mais barato de construir casas populares.

UNIÃO COBRA PROMESSA DE MALUF

Este é o terceiro ato pela moradia que a União dos Movimentos de Moradia — UMM SP — promove no gabinete do Prefeito. Os anteriores aconteceram em 1/04 e 28/6.

Durante as negociações foi estabelecido um acordo, assinado por ambas as partes, publicado no DOM de 7/04 onde o Prefeito assumia os seguintes compromissos:

— início de 1600 casas por mutirão ainda este ano.

— realização de programas de urbanização de favelas

- desapropriação e reconstrução de 7 cortiços
- liberação de verbas para mutirões em andamento

to

Na última quinta-feira, em solenidade no Palácio das Indústrias, o Prefeito anunciou a liberação de US\$13,5 milhões para os mutirões em andamento. Os demais compromissos ficaram sem resposta. Por isso mantivemos o ato.

MUTIRÃO: MELHOR QUALIDADE COM MENOR CUSTO

Na cidade de São Paulo existem quase 10.000 casas sendo construídas através do sistema de mutirão. São casas de 60m² com os melhores materiais de construção encontrados no mercado. O custo do m² construído é de US\$100. Tempo médio de construção, 18 meses.

Baixo custo com alta produtividade é resultado de um processo de participação permanente do futuro morador na gestão do empreendimento. Existe todo o interesse do mutirante em obter a melhor qualidade pelo menor custo já que ele é o beneficiário direto desse processo.

O mutirão não visa lucro sendo este um dos fatores determinantes no custo final da obra.

TCM APROVA O SISTEMA DE MUTIRÃO

O Tribunal de Contas de Município realizou auditoria em todos os mutirões da Cidade de São Paulo. Diferentemente do que o Prefeito Paulo Maluf costuma afirmar, o parecer não só foi extremamente favorável ao programa, como também foi recomendado. (Cópia anexa)

MUTIRÃO X EMPREITEIRA

Estudo realizado pela atual administração sobre os contatos firmados na gestão anterior (cópia anexa), demonstra que, enquanto uma empreiteira gasta US\$9.300 para construir uma unidade habitacional de 44m² (US\$211/m²), o mutirão, com US\$6.000 constrói uma unidade habitacional de 60m² (US\$100/m²).

MUTIRÃO X PROJETO SINGAPURA (VERTICALIZAÇÃO DE FAVELAS)

O Prefeito pretende gastar US\$54 milhões para construir 3.500 apartamentos nas favelas. Cada apartamento terá 35m² resultando um custo de US\$342/m².

Esse mesmo recurso, utilizado através do sistema de mutirão possibilitaria a construção de 11.970 apartamentos.

UNIÃO PELA MORADIA

Nosso ato tem caráter reivindicatório, não nos interessando confronto com o Poder Público. Queremos apenas o cumprimento da promessa assinada, e a construção de habitação digna para os trabalhadores de baixa renda.

São Paulo, 4 de outubro de 1993

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA FAZ ACORDO COM A PREFEITURA

Comissão de representante da União dos Movimentos de Moradia firmou hoje (29/06) acordo com a Secretaria Municipal de Habitação, após reunião com o superintendente de Habitação, Pedro Piovezane. Pelo acordo, a Secretaria de Habitação se compromete a manter o ritmo de obras dos mutirões e urbanização de favelas em andamento e dar início a construção de 1.600 moradias em regime de mutirão. Também ficou acertado a continuação dos programas de cortiços e desapropriações de terrenos para construção de moradias.

Além disso, a Prefeitura vai liberar nesta semana Cr\$35 bilhões e outros Cr\$15 bilhões na próxima semana para o prosseguimento das obras em 83 mutirões. Com isso, a Secretaria de Habitação antecipou a liberação de Cr\$50 bilhões, que havia sido marcada inicialmente para a próxima semana. Esta é a primeira das cinco parcelas endereçadas ao movimento.

O coordenador-geral da União dos Movimentos de Moradia, Paulo Conforto, deixou a reunião satisfeito "Mantivemos uma negociação séria e confiável", disse. Pedro Piovezane informou que a Secretaria de Habitação, após um estudo, poderá apresentar proposta de readequação orçamentária, a ser enviada à Câmara. Se houver necessidade de suplementação de verba para o prosseguimento das obras, a questão voltará a ser discutida.

ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 1993 ENTRE A SEHAB — SP E UMM — SP (UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO)

1º O Prefeito comunica que todos os mutirões que estão em andamento, não vão sofrer atrasos por falta de recursos da Prefeitura, independentemente de ter que descongelar qualquer que seja o valor necessário à continuidade de obras.

As famílias podem trabalhar tranquilas que não faltarão recursos comprometidos com o Programa.

2º Os convênios já aprovados pelo Conselho do Funaps e incluídos no orçamento da SEHAB de 93, terão seu início garantido imediatamente.

São eles:

- Jardim Celeste III e IV — com 144 unidades
- Recanto dos Humildes I — com 280 unidades
- Vila Nilo — com 360 unidades

3º A SEHAB assinará (uma vez entregue a documentação necessária) os convênios para a construção de 12.000 unidades habitacionais junto à UMM — SP, sendo que os recursos para a construção destas unidades habitacionais deverão estar previstos nos orçamentos de 1994, 95 e 96.

Caso o orçamento da SEHAB seja suplementado em 1993, 6.000 unidades habitacionais serão iniciadas imediatamente.

As associações poderão montar os canteiros de obras, com recursos próprios, após a assinatura dos convênios.

Os convênios a serem celebrados são os seguintes:

ASSOCIAÇÃO	ÁREA	UNID. HAB.
Assoc. ST Leste I	Jd. S. Francisco	2.000
CEP - Central Int. Populares	Garagem	1.500
Assoc. do MST Sudeste	José Paulino dos Santos	400
	Jardim Celeste	160
Assoc. Mov. Moradia Sudeste	José Paulino dos Santos	100
	Jardim Celeste	160
	Jardim Itapira (Aratimbó)	200
Assoc. Trab. St. da Zona Norte	Guapira 2	800
Assoc. Trab. ST da Zona Oeste	City Jaraguá	1.000
	Cândido Sampaio	121
	Roc. Humildes II	270
	Estevam Rozende	160
Assoc. Trab. ST Zona Sul	Parque Europa	664
	Jardim Paranapanema	290
TOTAL		7.735

N.B.: Os demais convênios serão celebrados posteriormente em áreas a serem desapropriadas, ou de propriedade da COHAB/SP.

4º Será constituída uma comissão com representantes de SEHAB/HABI/COHAB e UMM — SP para:

4.1 — Análise de novas áreas que poderão ser desapropriadas para programas habitacionais de mutirão e autogestão.

4.2 — Análise das áreas de COHAB — SP para programas habitacionais de mutirão e autogestão.

5º Os convênios de Urbanização de Favelas — URBANACOM, terão continuidade, bem como as obras contratadas pelas empreiteiras. A possível suspensão de ações de reintegração de posse sobre as áreas municipais ocupadas por favelas, bem como a intermediação da Prefeitura nas áreas particulares ocupadas por favelas que estejam sendo objeto de ação de reintegração de posse, serão analisadas caso a caso por SEHAB e representantes dos moradores das áreas em questão.

6º A cada 6 meses, as áreas públicas municipais ocupadas por favelas, que estiverem devidamente ins-tituídas, serão objeto de projeto de lei propondo a desapropriação para fins de urbanização e posterior outorga de termo de Concessão de Direito Real de Uso aos seus atuais ocupantes.

7º A SEHAB construirá 5.000 (cinco mil) unidades habitacionais para as famílias que vivem em favelas, tendo em vista a necessidade de desadensamento para fins de urbanização.

8º A SEHAB possibilitará a participação de um representante dos moradores na Comissão de operação urbana do Complexo Águas Espraiadas.

9º A SEHAB está construindo 1.000 (mil) alojamentos provisórios para famílias moradoras em área de risco. Essas famílias serão, posteriormente, atendidas em unidades habitacionais nos programas de SEHAB.

10º Os programas de Cortiços em andamento terão continuidade desde que com amparo legal. Será constituída uma comissão com representantes da SEHAB e UMM — SP para formulação de uma política de intervenção em cortiços, especialmente na viabilidade de recursos para 7 projetos piloto.

11º Será nomeado um representante da UMM-SP para o Conselho Deliberativo do FUNAPS.

12º O Prefeito concorda com a venda da área de propriedade da COHAB denominada Belém à CDHU para desenvolvimento de programa habitacional por mutirão, determinando que a questão seja tratada na AGE a ser convocada para o próximo dia 20 de abril.

13º Os serviços de atendimento jurídico gratuito à população com problemas de habitação não sofrerão solução de continuidade, sendo garantido o pagamento das atuais entidades conveniadas até que os novos procedimentos de contratação desses serviços sejam definidos.

14º A SEHAB assinará os contratos com as famílias participantes dos mutirões habitacionais garantindo os termos acordados durante a gestão passada.

15º — A SEHAB constituirá uma comissão para estudar e dar encaminhamento à contratação das obras de infra-estrutura e saneamento básico dos loteamentos irregulares ou clandestinos.

Assinam a presente:

Paulo Maluf, Prefeito do Município de São Paulo,
João Melão Neto, Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Paulo Conforto, Coordenador da UMM-SP.

Introdução

No início do mês de janeiro nos foi solicitado pelo Excelentíssimo Sr. Conselheiro Dr. Paulo Planet Buarque a visita e respectivos relatórios a todas as obras dos mutirões financeiros por Funaps.

O trabalho foi iniciado imediatamente e foi dividido em fases, conforme segue:

- 1º) coleta de informações nos Processos Administrativos junto à Coordenadoria de Projetos de Habi;
- 2º) visita aos Mutirões;
- 3º) elaboração de relatórios.

No contato direto com a Coordenação de Projetos, através de seu Coordenador, o Arquiteto Luiz Guimarães, tivemos toda a assessoria possível, disponibilidade dos P.a.s para análise, o acompanhamento dos Arquitetos da Central responsáveis pelas obras sempre que possível, bem como a indicação de técnicos das Habis Regionais na impossibilidade de acompanhamento dos técnicos da Central.

Das obras de Mutirão, nove já haviam sido verificadas pela Engenharia desta E. Corte no final do ano passado, mas mesmo assim, decidimos visitá-las para comparar o andamento das mesmas. A seguir esboçamos, em rápidas linhas, o conceito e o espírito dos mutirões.

Mutirões: participação popular e autogestão

Alimentados por recursos do orçamento municipal e de operações interligadas, este programa atende à população organizada em movimentos de moradia, com renda até cinco salários mínimos. Cada casa construída tem, em média, 60m² e custa cerca de 900 VRFs. São moradias com bom acabamento e material de qualidade (em alguns casos o resultado tem sido excelente).

O projeto de Mutirão baseia-se no tripé: baixo custo, rapidez de construção e boa qualidade. Se uma das "pernas" se quebra, o objetivo não é alcançado.

Arquitetos e engenheiros contratados pelas Associações de Moradores elaboram o projeto, de acordo com decisões das assembleias de mutirantes. A Prefeitura aprova o projeto. As próprias Associações Comunitárias administram os recursos repassados pela Prefeitura, de acordo com o andamento de cada etapa da obra. Na compra de material devem ser gastos 82% dos recursos; 4% devem remunerar a Assistência Técnica (entidades sem fins lucrativos); 4% são destinados à compra de equipamentos e ferramentas para o canteiro de obras e 10% para o pagamento de mão-de-obra especializada, quando necessário.

A organização do trabalho e o gerenciamento da obra, têm propiciado oportunidade de qualificação da população participante. Ou seja, entre os benefícios alcançados estão o elo afetivo (assim, não vai haver repasse da moradia a terceiros) e a formação profissional decorrente do apreendido no Mutirão. Graças às normas implantadas, a produtividade nas obras tem sido alta e o custo baixo, devido à economia nas compras e ao pouco desperdício de materiais.

A participação da população demandatária é parte essencial do conjunto de trabalho. A produtividade fica comprovada ao encontrarmos a obra em bom andamento em dias úteis, quando a característica base do mutirão é o trabalho nos finais de semana.

O projeto Mutirão coloca a preocupação com a arquitetura, o urbanismo e o meio ambiente num pri-

meiro plano, mostrando que em habitação popular também se pode produzir uma boa arquitetura, sem significar custos mais elevados. A busca tem sido no sentido de encontrar soluções originais, ricas e diferenciadas do ponto de vista estético, de implantação urbanística, de processos construtivos, de tipologias e de escolha de materiais.

O barateamento da casa produzida por autogestão é garantido não apenas devido ao trabalho gratuito do mutirão. A inexistência de BDI ou qualquer forma de lucro, a compra de materiais pelo menor preço e qualidade, a criação de centrais de produção de componentes pré-fabricados são, entre outros, fatores que garantem um custo 50% inferior ao cobrado pelas empreiteiras.

O desenvolvimento de projetos adequados ao meio físico e preocupados em garantir o melhor aproveitamento possível das glebas loteadas reduz significativamente a despesa com terraplenagem e rentabiliza as glebas e a implantação da infra-estrutura, garantindo menor custo unitário por família atendida.

Para dar um exemplo da proteção a mananciais temos o início das obras do conjunto denominado Chácara do Conde, onde os cursos d'água serão preservados através de um parque público. O esgoto terá tratamento localizado e a drenagem merecerá cuidados especiais. O projeto demonstra que é possível ocupar o solo, preservando o meio ambiente.

O trabalho desta assessora se resume numa análise puramente do caráter arquitetônico e urbanístico. Os dados são baseados em informações processuais de técnicos de Habi e, até mesmo dos mutirantes. Em nosso balanço geral, no que tange exclusivamente às obras, o projeto Mutirão nos pareceu uma iniciativa que deu certo e que merece crédito. Existem, é lógico, exceções. Mas em sua maioria, esta tem sido a única alternativa da realização do sonho da casa própria à população carente, dentro de padrões perfeitamente aceitáveis no que se refere a detalhes técnicos construtivos. Segue em anexo os relatórios individuais de cada obra, contendo, na medida do possível, croquis de localização e descrições do andamento individual das obras.

Em, maio de 1993. — **Ligia Ribeiro Salsa Fonseca**, Assessora Técnica.



Situação Atual e Perspectivas

Estimativa de Dispendios Médios

Discriminação	por empreiteira			por mutirão		
	US\$/m ²	US\$/m ²	%	US\$/m ²	US\$/m ²	%
Terra	1200	19.35	10	2000	20.83	20
Infra-estrutura	1100	17.74	9	1700	17.70	17
Sub-total (1)	2300	37.09	19	3700	38.53	37
Edificação	9300	211.00	78	6000	100.00	61
Sub-total (2)	11600	/	97	9700	/	98
Projeto	300	/	3	200	/	2
Total	11900	/	100	9900	/	100

NOTAS

- * Área média de lotes nas edificações por empreiteira: 62 m²
Área média de lotes nas edificações por mutirão: 96 m²

- ** Área média de edificação por empreiteira: 44 m²
Área média de edificação por mutirão: 60 m²

(1) Por empreiteira analisou-se 17 casos, representando 40% do total

(2) Por mutirão analisou-se 29 casos, representando 70% do total

(3) Não foram considerados custos financeiros (desfavoráveis no caso por empreiteira)

(4) Não foram considerados custos indiretos (sensivelmente maiores nos casos por mutirão).

O Estado de S. Paulo, Caderno de Negócios &

OPORTUNIDADES

Domingo, 3 de outubro de 1993

US\$19 mil para construir casa de 74m²

Telhas francesas, paredes de concreto e piso cerâmico são alguns dos itens orçados

Antonio Celso Villari

A preparação do orçamento de qualquer obra é um item fundamental para que o construtor possa estabelecer, com segurança, o cronograma da edificação. Com esses cálculos em mãos é possível, por exemplo, fazer a compra exata dos materiais necessários, de acordo com as etapas previstas na obra.

Os levantamentos do custo nem sempre são realizados pelo próprio arquiteto responsável pelo projeto. O mais comum é a contratação de escritório especializado — para um melhor detalhamento do próprio memorial descritivo. Um desses escritórios é a WV Engenharia e Consultoria, que há dez anos realiza esse tipo de trabalho em São Paulo.

Para Luiz Carlos Biguelin, técnico em edificações e coordenador de planejamento da empresa, cada vez mais o pequeno construtor está consciente da importância do trabalho dos orçamentistas. "Um bom levantamento de custos acaba gerando economia na construção, principalmente porque evita desperdícios na aquisição de materiais", enfatiza.

Dicas — O diretor da WV Engenharia, Armando Byron Wharton, aconselha também o pequeno construtor a não se precipitar na compra do material para a obra de uma só vez. "No Brasil é impossível ganhar da inflação fazendo estoque com muita antecedência", explica. Essa atitude, conforme Wharton, pode comprometer a qualidade do produto estocado, além de não ajudar no cronograma da construção. "O importante é que em todas as fases da obra o conjunto dos itens necessários e constantes do material descritivo esteja à disposição dos operários", continua.

Detalhes — No projeto abaixo, de uma casa com 74m² construídos, são necessários US\$19 mil (R\$2,5 milhões). Foi considerado um terreno plano, portanto sem necessidade de terraplenagem. As paredes foram orçadas em blocos de concreto, as esquadrias de madeira em ipê amarelo e as de ferro são de pronta entrega. O telhado da casa foi projetado em estrutura de madeira com telhas francesas.

No revestimento interno foi usado padrão médio de acabamento com gesso desempenado sobre os blocos de concreto nas paredes. Nos banheiros, cozinha e área de serviço a opção foi por azulejo (Eliane) 15cm X 15cm e no piso cerâmica (São Caetano) 20cm X 20cm.

O projeto prevê ainda pintura interna em látex PVC e externamente látex acrílico, sem massa corrida. As louças são da marca Celite (linha Azaléia) e os metais Deca (linha prata C-50). Para as instalações elétricas foram considerados materiais como eletrodutos corrugados, fios e cabos de primeira linha. Nas instalações hidráulicas os tubos são de PVC.

LISTA DE MATERIAIS BÁSICOS

Material	Quantidade	
	Total	
Cimento	262	sacos
Areia	36	m ³
Pedra Brita	35	m ³
Aço	653	kg
Cal	104	sacos
Bloco de concreto 9 cm	975	un.
Bloco de concreto 14 cm	1.104	un.
Cimento cola	330	kg
Tábua 3a. industrial	70	ml
Madeirite 12 mm	11	m ²
Pontalete 3"x3" 3a. industrial	128	ml
Ripa 1x5	96	ml
Pregos	5	g
Telhas cerâmica tipo francesa	768	un.
Viga peroba 6x12	72	m
Caibro 3x8	96	m
Vedacit	290	kg

Dados fornecidos pela WV Engenharia e Consultoria

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, como acontece todos os anos, numa tradição que já dura pelo menos duzentos anos, o paraense viverá neste domingo, dia 10, mais um Círio de Nazaré. É uma procissão de fé que reúne centenas de milhares de romeiros, todos os anos, sempre no segundo domingo do mês de outubro. Mas não deixa de ser, também, um dia para reflexão das adversidades do Estado.

Enquanto muitos paraenses vivem os preparativos finais para mais um dia de glória, luxúria e gula, uma grande parte da população de Belém não tem sequer o mínimo para matar a fome. Os preços da carne bovina e do pescado chegam a sofrer três reajustes semanais nos mercados de Belém.

Mas não é só isso que atormenta os assalariados. Uma pesquisa realizada pelo Comitê Nova Vida, junto a 529 famílias do Bairro da Terra Firme, revelou que 81% delas passam fome ou alimentam-se basicamente de ovo e farinha, fazendo apenas uma refeição diária. O pior é que isso acontece na periferia de Belém, Capital de um dos Estados mais ricos do Brasil. E pior ainda é dividir um ovo frito com farinha para cinco pessoas, o que levou o Comitê Nova Vida à triste conclusão de que no Bairro da Terra Firme a fome é rotina.

A miséria da população não pode ofuscar o brilho da festa de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira dos paraenses. Mas será que é isso que a Mãe Santa quer? Os organizadores do Círio estão empenhados em confecção de um manto tão luxuoso quanto misterioso, enquanto a fachada da Basílica de Nazaré está passando por uma completa revisão antes de receber a ornamentação, que terá aproximadamente três mil lâmpadas brancas e coloridas.

Será que é assim que o Salvador convida o povo a seguir? Depois de quinhentos anos de evangelização, o maior

País católico do mundo, o Brasil, apresenta um quadro de miséria e exploração, de injustiça e desigualdade que grita aos céus por uma solução. Talvez porque muitos cristãos queiram a vinda do novo sem abrir mão do velho.

Que o Círio de Nazaré seja vivido em festa, com muita fé. Mas que seja, sobretudo, um dia de reflexão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra à nobre Deputada Rita Camata.

A SRA. RITA CAMATA (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, realizar-se-á em Brasília, nos dias 8 e 9 de outubro próximo, o III Seminário Internacional da Escola de Pais do Brasil — Seção Distrito Federal, para debater o tema "Amor e Qualidade de Vida. Construindo a Família do Século XXI".

A Escola de Pais do Brasil é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de origem cristã, fundada em São Paulo em 1963. É organização não governamental, voluntária, gratuita e que não faz distinção quanto a raça, condição social, ideologia política ou credo religioso.

Tem por objetivo o aprimoramento da formação dos pais, proporcionando-lhes melhores condições para exercerem seu papel de educadores, na família e na sociedade. Conduz o seu trabalho através do método da "aprendizagem em ação", dirigindo-se aos pais enquanto educadores, para facilitar-lhes a tomada de consciência de sua responsabilidade na formação dos filhos e a descoberta de alternativas para a solução dos problemas que essa missão apresenta.

A Escola de Pais do Brasil está filiada à Federação Internacional para a Educação dos Pais, que tem sede em Paris, integra a Federação Latino-Americana da Escola de Pais e é reconhecida como de utilidade pública federal, estadual e municipal.

Trabalhando de forma preventiva, por meio de uma metodologia prática — a metodologia do "analisar e descobrir fazendo" —, os pais que participam da Escola encontram efetivamente instrumentos, teóricos e práticos, propícios para o reforço à família, para a aquisição de conhecimentos relativamente à maternidade e à paternidade responsáveis, à preparação para um mundo em mudanças constantes e rápidas e à obtenção de princípios básicos de psicologia, pedagogia e técnicas educativas, a fim de atualizar conceitos, redescobrir valores e facilitar a convivência entre pais e filhos.

É um esforço de constante atualização e educação permanente, essencial para os nossos dias, para cuja vivência há urgente necessidade de desenvolver-se o sentido da colaboração, da solidariedade, da responsabilidade e da convivência fraterna e democrática.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nada mais oportuno, nos dias atuais, do que o estudo e o debate sobre a questão da família. A própria Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu, o ano de 1994 como o Ano da Família, concretizando a preocupação do mundo com a questão.

De fato, o mundo debate-se atualmente entre vários problemas que atingem, de modo particular, a juventude e para cuja solução o concurso da família é indispensável e insubstituível.

São problemas de toda ordem, no campo social, econômico, ético e moral, para os quais não há segurança nas respostas. Tudo o que é tradicional parece não ter mais serventia para as novas gerações. O moderno e o pós-moderno impõem-se. Vive-se um vazio caracterizado pelo tédio, pela insegura-

rança, pelo individualismo, pelo consumismo, tudo exacerbado pela falta de sentido da vida e pela distopia, isto é, pelo pessimismo que espera coisas piores ainda. O mundo planetário, policêntrico, plural, ecumênico, tecnológico, veloz e eficiente escapa ao domínio do homem e da sociedade.

A modernidade consagrou e pôs em prática a afirmação de que o ser humano é autônomo, sujeito de si mesmo e da história, sem dar-lhes referenciais de identificação, nem parâmetros para a convivência social, muito menos para o sentido da mutualidade e para o respeito à alteridade.

Até os anos 50, havia submissão à sociedade tradicional, marcada por padrões determinados, pela funcionalidade dos papéis, pelos ritos, pelos cultos e pelo ingresso assegurado nos estamentos sociais. Hoje, rejeita-se qualquer determinação que provenha de fora do indivíduo, da religião, da tradição, da autoridade, dos próprios pais, quer dizer, toda e qualquer heteronomia é rechaçada.

A crise da atualidade centraliza-se no indivíduo. O indivíduo é o centro de tudo. Cabe ao indivíduo localizar-se no contexto social, pois a sociedade não mais lhe determina um lugar, a sociedade não mais o obriga a casar-se, não mais o emprega, nem o fixa em uma determinada estrutura filosófica e ideológica. Na atualidade, cabe ao indivíduo julgar, escolher, decidir-se por conhecimentos, capacidades e valores.

Tal situação, se, de um lado, apresenta aspectos positivos, de outro desestrutura o arcabouço de símbolos que fundava a relação do indivíduo com a natureza, com a sociedade, consigo mesmo, com a família, influenciando no próprio relacionamento homem-mulher.

O ser humano que emerge dessas circunstâncias é, no mais das vezes, um ser frágil, solitário, com dificuldade de auto-identificação, incapaz de relações duráveis, sem possibilidade para compromissos de longo prazo e profundamente insatisfeito com o universo presente. Com o sacrifício da dimensão afetiva, instala-se no mesmo uma profunda ruptura interior, e a vida torna-se árida.

Os que mais sofrem em decorrência dessa realidade são os jovens, pelas próprias características da fase da vida em que se encontram, fase que requer definições e opções. Como obter definições e realizar opções se a família está machucada, sem referenciais, sem as condições ideais para educar, oferecer uma proposta de vida e uma visão construtiva da vida?

O desafio é imenso, mas é preciso enfrentá-lo com realismo e determinação.

Afirmam os estudiosos do comportamento humano que os jovens, quando sem perspectivas e sem valores, usam o próprio corpo para protestar. A disseminação do uso das drogas e a proliferação da Aids traduzem, sem sombra de dúvida, um desesperado grito de socorro.

A juventude quer superar os processos autodestrutivos, quer encontrar valores que a ajudem a construir uma personalidade forte e crítica, a superar o isolamento e o sem sentido, a recriar relações, com fundamento na centralidade da pessoa humana, com respeito a todas as suas dimensões, pessoais e sociais, em face de si mesmo, da alteridade e da coletividade.

Nesse campo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a família, pela indispensabilidade do serviço que executa no terreno das emoções, pela segurança, pelo afeto e pela legitimidade que dá à existência pessoal, é essencial, indestrutível e insubstituível.

Está de parabéns, pois, a Escola de Pais do Brasil — Seção Distrito Federal, pela promoção do seu III Seminário

Internacional, onde será discutido o papel da família na preparação das futuras gerações. É uma tarefa gigante da Escola de Pais do Brasil e de todas as instituições que, voltadas para as famílias e a educação da infância e da juventude, tentam entender o momento presente e ajudar os pais no trabalho educativo, traduzindo as dificuldades para o grande público e um louvável esforço para bem servir à família, à pátria e às futuras gerações.

Era o que tinha a dizer.!

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Haley Margon.

O SR. HALEY MARGON (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, sem dúvida, uma das empresas de obras mais eficientes do Brasil está localizada no Estado de Goiás, e ela é motivo de orgulho não apenas para os goianos, mas também para todos os brasileiros; refiro-me à Empresa Estadual de Obras Públicas — EMOP, que acaba de completar cinco anos de serviços prestados ao povo do nosso Estado.

Esse êxito se deve em grande parte à atuação firme, interessada e competente do Presidente da Emop, Dr. José Alves Fernandes Filho, a quem desejo não apenas saudar, como exemplo de homem público, que dignifica a obra pública em nosso País, mas também exaltar como grande brasileiro, que imprimiu à Emop um ritmo de trabalho digno das maiores potências do mundo industrialmente desenvolvido.

A Emop, Sr. Presidente, atua no setor da construção civil e presta serviços de alta relevância para Prefeituras, Secretarias de Estado e órgãos diversos da Administração Pública, na construção, reforma, ampliação e adaptação, de edificações das áreas de educação, saúde, segurança pública, justiça, lazer e desporto, cultura, administração, fazenda, agricultura e ação social.

Contando com equipe de alto valor técnico, a Emop planeja e executa obras racionais, moduladas ou não, bem como projetos de complexidade técnica, como é exemplo o Centro de Cultura e Convenções de Goiânia, a maior obra por ela realizada até hoje e um dos seus maiores empreendimentos, sendo de ressaltar-se que no Governo do Sr. Íris Rezende, nos últimos três meses, concluiu ela nada menos do que 467 obras em maio, 576 unidades em julho e 587 empreendimentos no mês de agosto passado.

Ao mesmo tempo, vem a Emop desenvolvendo inúmeras obras. No mês de maio, elas totalizavam 130 iniciativas, no de julho, 74 empreendimentos e, no mês seguinte, agosto, passaram a 63, beneficiando em maio, 164 Municípios, em julho, 171 cidades e, em agosto, 183 unidades municipais, enquanto se acham em processo de licitação mais de 200 obras.

"Atendimento com qualidade, nossa maior obra" é o lema da Empresa Estadual de Obras Públicas, Sr. Presidente, cuja ação se reflete na qualidade de vida do povo goiano, que tem reconhecido o valor dos trabalhos por ela desenvolvidos, que se dirigem sempre aos interesses maiores da sociedade.

Queremos, por isso, deixar aqui o nosso preito de reconhecimento à Emop, na figura de seu Presidente, Dr. José Alves Fernandes Filho, extensivo a todo o seu corpo técnico e a todo o seu quadro de funcionários, que constroem o futuro do Estado de Goiás, distinguindo-se a empresa no cenário das realizações de natureza pública.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Piauhylino.

O SR. LUIZ PIAUHYLINO (PSB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, no último sábado, a população de Canhotinho viveu um dia de festa, comemorando mais um aniversário do Município, localizado na região agreste de Pernambuco.

Canhotinho se desenvolveu a partir da agricultura, atividade que até hoje representa a sua base econômica, concentrando-se principalmente na cana-de-açúcar e nas culturas de subsistência.

Como acontece com muitos outros Municípios nordestinos, Canhotinho carece de assistência governamental para criar a infra-estrutura necessária a um programa agrícola mais amplo e eficiente.

Com clima ameno e solo abundante em água, poderia utilizar a irrigação com motobombas, aumentando e diversificando a sua produção agrícola, pois praticamente todo tipo de cultura tem condições de ser explorada.

A cidade precisa também de saneamento básico, e o hospital construído no ano passado, concluído em dezembro último, permanece até hoje sem equipamentos.

Sou o Parlamentar majoritário de Canhotinho e tenho lutado por mais recursos, a serem aplicados em obras de repercussão social, atendendo a uma população em sua maioria necessitada dos serviços essenciais.

Ao registrar aqui mais um aniversário desse Município, reafirmo meu compromisso de continuar lutando pelas reivindicações do seu povo, com o qual me congratulo pela sua disposição em buscar melhorias para a sua cidade.

Minha homenagem também ao Prefeito, homem simples e identificado com os ideais populares. "Seu Ná", como é conhecido, tem marcado a administração municipal como o direcionamento de ações que atendam às necessidades mais prementes da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao Deputado José Burnett.

O SR. JOSÉ BURNETT (PRN — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho à tribuna denunciar mais uma violência cometida no País. Desta vez foi na cidade de Imperatriz, no meu Estado, Maranhão.

Ontem, por volta das 6h, quando fazia compras no mercado local, como um cidadão comum, sem segurança, foi barbaramente assassinado por um pistoleiro o Prefeito Renato Moreira, que, pela segunda vez, exercia a Chefia do Executivo daquela cidade.

Renato era um homem trabalhador e honesto.

O assassinato, foi, sem dúvida, por encomenda. Há executor e mandante.

Denunciando esse ato bárbaro, solicito as providências do Governador do Estado e do Ministério da Justiça, através da Polícia Federal.

Cabe registrar que, por incrível que pareça, um Promotor Público da mesma comarca, levado por interesses partidários subalternos, solicitou hoje à Procuradoria-Geral que seja pedida ao Tribunal de Justiça, a intervenção na Prefeitura de Imperatriz.

Como todos sabem, as Prefeituras não têm competência para gerir ordem pública. Não há greve municipal. A Câmara de Vereadores funciona normalmente, e o Vice-Prefeito, Sai-

vador Rodrigues de Almeida, já está no exercício do cargo de Prefeito Municipal.

Requeiro à CPI da Pistolagem, em funcionamento na Câmara dos Deputados, que adote as providências necessárias: acompanhe e fiscalize a investigação de mais este crime.

Ao concluir, afirmamos: apuração do crime, sim! Intervenção, não!

A Sr^a Maria Laura — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. MARIA LAURA (PT — DF. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o § 2º do art. 29 do Regimento Comum estabelece o seguinte:

“Art. 29.
.....

§ 2º No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos *ex officio* ou por provocação de qualquer Congressista.”

Sr. Presidente, o art. 28 do mesmo Regimento diz que as sessões somente serão abertas com a presença mínima de um sexto da composição de cada Casa do Congresso. Evidentemente no plenário não existe esse número de Congressistas. Assim sendo, peço a V. Ex^a que encerre a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — É evidente a falta de número no plenário. A questão de ordem levantada pela nobre Deputada tem respaldo regimental.

A Presidência encerra a presente sessão e convoca uma sessão extraordinária, a realizar-se às 18h.

(Levanta-se a sessão às 17h23min.)

Ata da 2ª Reunião conjunta, em 7 de outubro de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Adylson Motta

ÀS 18 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco _ Alfredo Campos _ Almir Gabriel _ Aluizio Bezerra _ Amir Lando _ Antonio Mariz _ Bello Parga _ Beni Veras _ Carlos De'Carli _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Coutinho Jorge _ Darcy Ribeiro _ Dario Pereira _ Dirceu Carneiro _ Eduardo Suplicy _ Elcio Álvares _ Esperidião Amin _ Eva Blay _ Flaviano Melo _ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Hydekell Freitas _ Iram Saraiva _ Irapuan Costa Júnior _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa _ José Sarney _ Júlio Campos _ Júnia Marise _ Jutahy Magalhães _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Louremberg Nunes Rocha _ Lourival Baptista _ Lucídio Portella _ Luiz Alberto de Oliveira _ Magno Bacelar _ Mansueto de Lavor _ Márcio Lacerda _ Marco Maciel _ Mário Covas _ Marluce Pinto _ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Nabor Júnior _ Nelson Carneiro _ Nelson Wedekin _ Odacir Soares _ Onofre Quinan _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Raimundo Lira _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Teotonio Vilela Filho _ Valmir Campelo _ Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA
AVENIR ROSA

BLOCO
PP

FRANCISCO RODRIGUES
JULIO CABRAL
LUCIANO CASTRO
RUBEN BENTO

AMAPÁ

ERALDO TRINDADE
GILVAM BORGES
MURILO PINHEIRO

PARAÍ

DOMINGOS JUVENIL
ELIEL RODRIGUES
GERSON PERES
GIOVANNI QUEIROZ
MARIO CHERMONT
NICIAS RIBEIRO
OSVALDO MELO
PAULO ROCHA
PAULO TITAN
SOCORRO GOMES

BLOCO
PP
PPR
BLOCO

PPR
PMDB
BLOCO

PMDB
PMDB
PPR
PDT
PP
PMDB
PPR
PT
PMDB
PCdoB

AMAZONAS

ATILA LINS
EZIO FERREIRA
JOAO THOME
JOSE DUTRA

BLOCO
BLOCO
PMDB
PMDB

PAUDERNEY AVELINO	PPR	PIAUI	
RICARDO MORAES	PT		
		CIRO NOGUEIRA	BLOCO
		FELIPE MENDES	PPR
		JESUS TAJRA	BLOCO
	PPR	JOAO HENRIQUE	PMDB
ANTONIO MORIMOTO	BLOCO	JOSE LUIZ MAIA	PPR
MAURICIO CALIXTO	PSD	MURILO REZENDE	PMDB
NOBEL MOURA	PSD	PAES LANDIM	BLOCO
PASCOAL NOVAES	BLOCO		
RAQUEL CANDIDO	PSD		
REDITARIO CASSOL		RIO GRANDE DO NORTE	
		FLAVIO ROCHA	PL
		HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB
	PPR	LAIRE ROSADO	PMDB
CELIA MENDES	PPR	NEY LOPES	BLOCO
FRANCISCO DIOGENES	PP		
JOAO MAIA	PMDB	PARAIBA	
ZILA BEZERRA			
		EFRAIM MORAIS	BLOCO
		FRANCISCO EVANGELISTA	PPR
	BLOCO	IVAN BURITY	BLOCO
DARCI COELHO	PMDB	IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
DERVAL DE PAIVA	PSDB	JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
EDMUNDO GALDINO	PMDB	LUCIA BRAGA	PDT
MERVAL PIMENTA	PP	VITAL DO REGO	PDT
OSVALDO REIS	PPR		
PAULO MOURAO		PERNAMBUCO	
		ALVARO RIBEIRO	PSB
	BLOCO	FERNANDO LYRA	PSB
CESAR BANDEIRA	PMDB	GILSON MACHADO	BLOCO
CID CARVALHO	PP	INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO
COSTA FERREIRA	PT	JOSE CARLOS VASCONCELLOS	PRN
HAROLDO SABOIA	PSDB	JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO
JAYME SANTANA	PPR	LUIZ PIAUHYLINO	PSB
JOAO RODOLFO	PRN	MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
JOSE BURNETT	BLOCO	MAVIAEL CAVALCANTI	PRN
JOSE REINALDO	PP	OSVALDO COELHO	BLOCO
NAN SOUZA	PSD	PEDRO CORRÊA	BLOCO
PEDRO NOVAIS	BLOCO	RICARDO FIUZA	BLOCO
SARNEY FILHO		ROBERTO MAGALHAES	BLOCO
		SALATIEL CARVALHO	PP
		WILSON CAMPOS	PMDB
		ALAGOAS	
	PPR		
AECIO DE BORBA	BLOCO		
ANTONIO DOS SANTOS	PSDB	ANTONIO HOLANDA	BLOCO
ARIOSTO HOLANDA	PPR	AUGUSTO FARIAS	BLOCO
CARLOS VIRGILIO	PP	JOSE THOMAZ NONÔ	PMDB
ERNANI VIANA	BLOCO	MENDONCA NETO	PDT
ETEVALDO NOGUEIRA	PDT	OLAVO CALHEIROS	PMDB
LUIZ GIRAO	PSDB	ROBERTO TORRES	BLOCO
MARCO PENAFORTE	S/P		
MARIA LUIZA FONTENELE	PSDB	SERGIPE	
MORONI TORGAN	PMDB		
PINHEIRO LANDIM	PSDB	BENEDITO DE FIGUEIREDO	PDT
SERGIO MACHADO	BLOCO	CLEONANCIO FONSECA	PRN
VICENTE FIALHO			

PSDB
PT
BLOCO
PMDB
PMDB

PT
PCdoB
PMDB

PMDB
PT
BLOCO

PMDB
BLOCO
PSDB
PL
PSDB
PMDB
PMDB

PPR
BLOCO
PDT
PDT
PT
PDT
PPR
PF
PPR
PCdoB

PL
PDT
PSDB

PDT
PDT
PP
PDT
PPR
PDT
PDT
PT

PMDB
PCdoB
PPR
PPR
BLOCO
PMDB
PPR
PT
PSTU

FABIO FELDMANN	PSDB	GEORGE TAKIMOTO	BLOCO
FLORESTAN FERNANDES	PT	JOSE ELIAS	BLOCO
GASTONE RIGHI	BLOCO	NELSON TRAD	BLOCO
GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB	WALDIR GUERRA	BLOCO
HEITOR FRANCO	PPR		
HELIO BICUDO	PT	PARANA	
JOSE ANIBAL	PSDB		
JOSE CICOTE	PT	CARLOS SCARPELINI	PP
JOSE DIRCEU	PT	DELCINO TAVARES	PP
JOSE GENOINO	PT	DENI SCHWARTZ	PSDB
JOSE SERRA	PSDB	EDI SILIPRANDI	PSD
KOYU IHA	PSDB	ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
LIBERATO CABOCLO	PDT	FLAVIO ARNS	PSDB
LUIZ GUSHIKEN	PT	IVANIO GUERRA	BLOCO
MARCELINO ROMANO MACHADO	PPR	JONI VARISCO	PMDB
MARCELO BARBIERI	PMDB	JOSE FELINTO	PP
MENDES BOTELHO	BLOCO	LUCIANO PIZZATTO	BLOCO
NELSON MARQUEZELLI	BLOCO	LUIZ CARLOS HAULY	PP
OSWALDO STECCA	PMDB	MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
PAULO LIMA	BLOCO	ONAIRES MOURA	PSD
ROBSON TUMA	PL	PAULO BERNARDO	PT
VADAO GOMES	PP	PEDRO TONELLI	PT
VALDEMAR COSTA NETO	PL	REINHOLD STEPHANES	BLOCO
WALTER NORY	PMDB	WERNER WANDERER	BLOCO
		WILSON MOREIRA	PSDB
MATO GROSSO			
ITSUO TAKAYAMA	PSD	SANTA CATARINA	
JONAS PINHEIRO	BLOCO		
RICARDO CORREA	PL	ANGELA AMIN	PPR
RODRIGUES PALMA	BLOCO	DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
WELINTON FAGUNDES	PL	EDISON ANDRINO	PMDB
		HUGO BIEHL	PPR
DISTRITO FEDERAL		JARVIS GAIDZINSKI	PPR
BENEDITO DOMINGOS	PP	LUIZ HENRIQUE	PMDB
CHICO VIGILANTE	PT	NELSON MORRO	BLOCO
JOFRAN FREJAT	BLOCO	NEUTO DE CONTO	PMDB
MARIA LAURA	PT	ORLANDO PACHECO	BLOCO
OSORIO ADRIANO	BLOCO	PAULO DUARTE	PPR
PAULO OCTAVIO	PRN	VALDIR COLATTO	PMDB
SIGMARINGA SEIXAS	PSDB	VASCO FURLAN	PPR
GOIÁS			
HALEY MARGON	PMDB	ADAO PRETTO	PT
JOAO NATAL	PMDB	ADROALDO STRECK	PSDB
LAZARO BARBOSA	PMDB	ADYLSO MOTTA	PPR
LUIZ SOYER	PMDB	ALDO PINTO	PDT
MAURO BORGES	PP	AMAURY MULLER	PDT
PAULO MANDARINO	PPR	ARNO MAGARINOS	PPR
PEDRO ABRAO	PP	CARLOS AZAMBUJA	PPR
ROBERTO BALESTRA	PPR	CELSON BERNARDI	PPR
VILMAR ROCHA	BLOCO	EDEN PEDROSO	PT
VIRMONDES CRUVINEL	PMDB	EDSON MENEZES SILVA	PCdoB
MATO GROSSO DO SUL		GERMANO RIGOTTO	PMDB
ELISIO CURVO	PRN	IBSEN PINHEIRO	PMDB
FLAVIO DERZI	PP	IVO MAINARDI	PMDB
		JOAO DE DEUS ANTUNES	PPR

JORGE UEQUED
JOSE FORTUNATI
LUIS ROBERTO PONTE
MENDES RIBEIRO
NELSON JOBIM
NELSON PROENÇA
ODACIR KLEIN
OSVALDO BENDER
PAULO PAIM
VALDOMIRO LIMA
VICTOR FACCIONI
WALDOMIRO FIORAVANTE
WILSON MULLER

PSDB
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PPR
PT
PDT
PPR
PT
PDT

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Sr^{as} e Srs. Congressistas, sendo visível a falta de **quorum** no plenário, vou suspender a sessão e abrir o painel eletrônico, nos termos regimentais, por até trinta minutos, para que o **quorum** se complete.

Mais uma vez terá que se começar pela Câmara, porque não houve um acerto com o Presidente do Senado no sentido de que seja ordenadamente feita a verificação.

Portanto, será aberto o painel para a Câmara dos Deputados, e os Srs. Senadores poderão assinar uma lista aqui na mesa. Como a sessão não foi aberta, aguardaremos trinta minutos e, às 18h30min, abriremos os trabalhos.

(Suspensa às 18h, a reunião é reaberta às 18h30 min.)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Ao ser encerrada a verificação de **quorum**, no transcorrer dos trinta minutos regimentais, os painéis acusam a presença de 44 Srs. Deputados e 7 Srs. Senadores.

Não há número regimental.

Antes de encerrar os trabalhos, esta Presidência convoca nova sessão conjunta às 19h de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Estão encerrados os trabalhos desta reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h31min.)

Ata da 3ª Reunião Conjunta, em 7 de outubro de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Adylson Motta

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco _ Alfredo Campos _ Almir Gabriel _ Aluizio Bezerra _ Amir Lando _ Antonio Mariz _ Bello Parga _ Beni Veras _ Carlos De'Carli _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Coutinho Jorge _ Darcy Ribeiro _ Dario Pereira _ Dirceu Carneiro _ Eduardo Suplicy _ Elcio Alvares _ Esperidião Amin _ Eva Blay _ Flaviano Melo _ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Passarinho _ João Calmon _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa _ José Sarney _ Júlio Campos _ Júnia Marise _ Jutahy Magalhães _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Louremberg Nunes Rocha _ Lourival Baptista _ Lucídio Portella _ Luiz Alberto Oliveira _ Magno Bacelar _ Mansueto de Lavor _ Márcio Lacerda _ Marco Maciel _ Mário Covas _ Marluce Pinto _ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Nabor Júnior _ Nelson Carneiro _ Nelson Wedekin _ Odacir Soares _ Onofre Quinan _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Raimundo Lira _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Teotônio Vilela Filho _ Valmir Campelo _ Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA
AVENIR ROSA

BLOCO
PP

FRANCISCO RODRIGUES
JULIO CABRAL
LUCIANO CASTRO
RUBEN BENTO

BLOCO
PP
PPR
BLOCO

AMAPA

ERALDO TRINDADE
GILVAM BORGES
MURILO PINHEIRO

PPR
PMDB
BLOCO

PARA

DOMINGOS JUVENIL
ELIEL RODRIGUES
GERSON PERES
GIOVANNI QUEIROZ
MARIO CHERMONT
NICIAS RIBEIRO
OSVALDO MELO
PAULO ROCHA
PAULO TITAN
SOCORRO GOMES

PMDB
PMDB
PPR
PDT
PP
PMDB
PPR
PT
PMDB
PCdoB

AMAZONAS

ATILA LINS
EZIO FERREIRA
JOAO THOME

BLOCO
BLOCO
PMDB

JOSE DUTRA	PMDB	PINHEIRO LANDIM	PMDB
PAUDERNEY AVELINO	PPR	SERGIO MACHADO	PSDB
RICARDO MORAES	PT	VICENTE FIALHO	BLOCO
RONDÔNIA		PIAUI	
ANTONIO MORIMOTO	PPR	CIRO NOGUEIRA	BLOCO
MAURICIO CALIXTO	BLOCO	FELIPE MENDES	PPR
NOBEL MOURA	PSD	JESUS TAJRA	BLOCO
PASCOAL NOVAES	PSD	JOAO HENRIQUE	PMDB
RAQUEL CANDIDO	BLOCO	JOSE LUIZ MAIA	PPR
REDITARIO CASSOL	PSD	MURILO REZENDE	PMDB
		PAES LANDIM	BLOCO
ACRE		RIO GRANDE DO NORTE	
CELIA MENDES	PPR		
FRANCISCO DIOGENES	PPR	FLAVIO ROCHA	PL
JOAO MAIA	PP	HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB
ZILA BEZERRA	PMDB	LAIRE ROSADO	PMDB
		NEY LOPES	BLOCO
TOCANTINS		PARAIBA	
DARCI COELHO	BLOCO	EFRAIM MORAIS	BLOCO
DERVAL DE PAIVA	PMDB	FRANCISCO EVANGELISTA	PPR
EDMUNDO GALDINO	PSDB	IVAN BURITY	BLOCO
MERVAL PIMENTA	PMDB	IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
OSVALDO REIS	PP	JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
PAULO MOURAO	PPR	LUCIA BRAGA	PDT
		VITAL DO REGO	PDT
MARANHÃO		PERNAMBUCO	
CESAR BANDEIRA	BLOCO	ALVARO RIBEIRO	PSB -
CID CARVALHO	PMDB	FERNANDO LYRA	PSB
COSTA FERREIRA	PP	GILSON MACHADO	BLOCO
HAROLDO SABOIA	PT	INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO
JAYME SANTANA	PSDB	JOSE CARLOS VASCONCELLOS	PRN
JOAO RODOLFO	PPR	JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO
JOSE BURNETT	PRN	LUIZ PIAUHYLINO	PSB
JOSE REINALDO	BLOCO	MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
NAN SOUZA	PP	MAVIAEL CAVALCANTI	PRN
PEDRO NOVAIS	PSD	OSVALDO COELHO	BLOCO
SARNEY FILHO	BLOCO	PEDRO CORRÊA	BLOCO
		RICARDO FIUZA	BLOCO
		ROBERTO MAGALHAES	BLOCO
		SALATIEL CARVALHO	PP
		WILSON CAMPOS	PMDB
CEARÁ		ALAGOAS	
AECIO DE BORBA	PPR		
ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO		
ARIOSTO HOLANDA	PSDB		
CARLOS VIRGILIO	PPR		
ERNANI VIANA	PP	ANTONIO HOLANDA	BLOCO
ETEVALDO NOGUEIRA	BLOCO	AUGUSTO FARIAS	BLOCO
LUIZ GIRAO	PDT	JOSE THOMAZ NONO	PMDB
MARCO PENAFORTE	PSDB	MENDONCA NETO	PDT
MARIA LUIZA FONTENELE	S/P	OLAVO CALHEIROS	PMDB
MORONI TORGAN	PSDB	ROBERTO TORRES	BLOCO

SERGIPE		MARCOS LIMA	PMDB
BENEDITO DE FIGUEIREDO	PDT	NILMARIO MIRANDA	PT
CLEONANCIO FONSECA	PRN	ODELMO LEAO	PP
DJENAL GONCALVES	PPR	OSMANIO PEREIRA	PSDB
JERONIMO REIS	BLOCO	PAULO DELGADO	PT
JOSE TELES	PPR	PAULO ROMANO	BLOCO
MESSIAS GOIS	BLOCO	PEDRO TASSIS	PMDB
PEDRO VALADARES	PP	RONALDO PERIM	PMDB
		SANDRA STARLING	PT
		SERGIO MIRANDA	PCdoB
		SERGIO NAYA	PMDB
		TARCISIO DELGADO	PMDB
		TILDEN SANTIAGO	PT
		WILSON CUNHA	BLOCO
BAHIA		ESPIRITO SANTO	
ANGELO MAGALHAES	BLOCO	ARMANDO VIOLA	PMDB
AROLD0 CEDRAZ	PRN	ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	BLOCO
CLOVIS ASSIS	PSDB	HELVECIO CASTELLO	PSDB
ERALDO TINOCO	BLOCO	JONES SANTOS NEVES	PL
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	LEZIO SATHLER	PSDB
GENEBALDO CORREIA	PMDB	RITA CAMATA	PMDB
HAROLDO LIMA	PCdoB	ROBERTO VALADAO	PMDB
JABES RIBEIRO	PSDB		
JAIR0 AZI	PSD		
JAIR0 CARNEIRO	BLOCO		
JOAO ALMEIDA	PMDB		
JOAO ALVES	PPR		
JOAO CARLOS BACELAR	BLOCO		
JONIVAL LUCAS	PSD	RIO DE JANEIRO	
JORGE KHOURY	BLOCO	AMARAL NETTO	PPR
JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO	AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO
JOSE FALCAO	BLOCO	CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT
LEUR LOMANTO	BLOCO	CARLOS LUPI	PDT
LUIS EDUARDO	BLOCO	CARLOS SANTANA	PT
LUIZ MOREIRA	BLOCO	CIDINHA CAMPOS	PDT
MARCOS MEDRADO	PP	FRANCISCO DORNELLES	PPR
PRISCO VIANA	PPR	FRANCISCO SILVA	PP
SERGIO GAUDENZI	PSDB	JAIR BOLSONARO	PPR
TOURINHO DANTAS	BLOCO	JANDIRA FEGHALI	PCdoB
UBALDO DANTAS	PSDB	JOSE EGYDIO	PL
WALDIR PIRES	PSDB	JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT
		LAERTE BASTOS	PSDB
		LUIZ SALOMAO	PDT
		MIRO TEIXEIRA	PDT
		PAULO PORTUGAL	PP
		PAULO RAMOS	PDT
		SANDRA CAVALCANTI	PPR
		SERGIO CURY	PDT
		VIVALDO BARBOSA	PDT
		VLADIMIR PALMEIRA	PT
MINAS GERAIS		SÃO PAULO	
AECIO NEVES	PSDB	ADILSON MALUF	PMDB
AGOSTINHO VALENTE	PT	ALDO REBELO	PCdoB
ALVARO PEREIRA	PSDB	ARMANDO PINHEIRO	PPR
ANNIBAL TEIXEIRA	BLOCO	BETO MANSUR	PPR
ARACELY DE PAULA	BLOCO	CARDOSO ALVES	BLOCO
AVELINO COSTA	PPR	CHICO AMARAL	PMDB
ELIAS MURAD	PSDB	CUNHA BUENO	PPR
FERNANDO DINIZ	PMDB		
GENESIO BERNARDINO	PMDB		
HUMBERTO SOUTO	BLOCO		
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPR		
ISRAEL PINHEIRO	BLOCO		
JOAO PAULO	PT		
JOSE BELATO	PMDB		
JOSE GERALDO	PMDB		
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO		
JOSE ULISSES DE OLIVEIRA	BLOCO		

EDUARDO JORGE
 ERNESTO GRADELLA
 FABIO FELDMANN
 FLORESTAN FERNANDES
 GASTONE RIGHI
 GERALDO ALCKMIN FILHO
 HEITOR FRANCO
 HELIO BICUDO
 JOSE ANIBAL
 JOSE CICOTE
 JOSE DIRCEU
 JOSE GENOINO
 JOSE SERRA
 KOYU IHA
 LIBERATO CABOCLO
 LUIZ GUSHIKEN
 MARCELINO ROMANO MACHADO
 MARCELO BARBIERI
 MENDES BOTELHO
 NELSON MARQUEZELLI
 OSWALDO STECCA
 PAULO LIMA
 ROBSON TUMA
 VADAO GOMES
 VALDEMAR COSTA NETO
 WALTER NORY

MATO GROSSO

ITSUO TAKAYAMA
 JONAS PINHEIRO
 RICARDO CORREA
 RODRIGUES PALMA
 WELINTON FAGUNDES

DISTRITO FEDERAL

BENEDITO DOMINGOS
 CHICO VIGILANTE
 JOFRAN FREJAT
 MARIA LAURA
 OSORIO ADRIANO
 PAULO OCTAVIO
 SIGMARINGA SEIXAS

GOIÁS

HALEY MARGON
 JOAO NATAL
 LAZARO BARBOSA
 LUIZ SOYER
 MAURO BORGES
 PAULO MANDARINO
 PEDRO ABRAO
 ROBERTO BALESTRA
 VILMAR ROCHA
 VIRMONDES CRUVINEL

PT

PSTU

PSDB

PT

BLOCO

PSDB

PPR

PT

PSDB

PT

PT

PT

PSDB

PSDB

PDT

PT

PPR

PMDB

BLOCO

BLOCO

PMDB

BLOCO

PL

PP

PL

PMDB

MATO GROSSO DO SUL

ELISIO CURVO

FLAVIO DERZI

GEORGE TAKIMOTO

JOSE ELIAS

NELSON TRAD

WALDIR GUERRA

PRN

PP

BLOCO

BLOCO

BLOCO

BLOCO

PARANÁ

CARLOS SCARPELINI

DELCINO TAVARES

DENI SCHWARTZ

EDI SILIPRANDI

ELIO DALLA-VECCHIA

FLAVIO ARNS

IVANIO GUERRA

JONI VARISCO

JOSE FELINTO

LUCIANO PIZZATTO

LUIZ CARLOS HAULY

MUNHOZ DA ROCHA

ONAIRES MOURA

PAULO BERNARDO

PEDRO TONELLI

REINHOLD STEPHANES

WERNER WANDERER

WILSON MOREIRA

PP

PP

PSDB

PSD

PDT

PSDB

BLOCO

PMDB

PP

BLOCO

PP

PSDB

PSD

PT

PT

BLOCO

BLOCO

PSDB

SANTA CATARINA

PSD

BLOCO

PL

BLOCO

PL

ANGELA AMIN

DEJANDIR DALPASQUALE

EDISON ANDRINO

HUGO BIEHL

JARVIS GAIDZINSKI

LUIZ HENRIQUE

NELSON MORRO

NEUTO DE CONTO

ORLANDO PACHECO

PAULO DUARTE

VALDIR COLATTO

VASCO FURLAN

PPR

PMDB

PMDB

PPR

PPR

PMDB

BLOCO

PMDB

BLOCO

PPR

PMDB

PPR

RIO GRANDE DO SUL

PMDB

PMDB

PMDB

PMDB

PP

PPR

PP

PPR

BLOCO

PMDB

ADAO PRETTO

ADROALDO STRECK

ADYLSO MOTA

ALDO PINTO

AMAURY MULLER

ARNO MAGARINOS

CARLOS AZAMBUJA

CELSE BERNARDI

EDEN PEDROSO

EDSON MENEZES SILVA

GERMANO RIGOTTO

PT

PSDB

PPR

PDT

PDT

PPR

PPR

PPR

PT

PCdoB

PMDB

IBSEN PINHEIRO
IVO MAINARDI
JOAO DE DEUS ANTUNES
JORGE UEQUED
JOSE FORTUNATI
LUIS ROBERTO PONTE
MENDES RIBEIRO
NELSON JOBIM
NELSON PROENÇA
ODACIR KLEIN
OSVALDO BENDER
PAULO PAIM
VALDOMIRO LIMA
VICTOR FACCIONI
WALDOMIRO FIORAVANTE
WILSON MULLER

PMDB
PMDB
PPR
PSDB
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PPR
PT
PDT
PPR
PT
PDT

a abertura dos painéis, a fim de verificar se está presente em plenário um sexto dos Deputados e Senadores.

Aguardaremos, durante trinta minutos, que o **quorum** se complete.

(Suspensa às 19h, a reunião é reaberta às 19h30 min.)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Sr^o e Srs. Congressistas, transcorridos os trinta minutos previstos no § 1º do art. 29 do Regimento Comum e não havendo **quorum**, informo que a presente sessão não se realizará.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados e Senadores que fica convocada uma sessão extraordinária, a realizar-se às 20h30min, por solicitação do Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena.

O aviso já está sendo dado através do serviço de som e nas entradas da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h31min)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Não há número regimental para abertura da sessão. Como há dúvida sobre se a presença é na Casa ou no plenário, para não suscitar nova controvérsia e não existir qualquer questionamento quanto à lisura do procedimento desta Presidência, determeinei

Ata da 4ª Reunião Conjunta, em 7 de outubro de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Adylson Motta

ÀS 20 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Albano Franco _ Alfredo Campos _ Almir Gabriel _ Aluísio Bezerra _ Amir Lando _ Anônio Mariz _ Bello Parga _ Beni Veras _ Carlos De'Carli _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Coutinho Jorge _ Darcy Ribeiro _ Dario Pereira _ Dirceu Carneiro _ Eduardo Suplicy _ Elcio Álvares _ Esperidião Amin _ Eva Blay _ Flaviano Melo _ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Hydekel Freitas _ Iram Saraiva _ Irapuan Costa Júnior _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa _ José Sarney _ Júlio Campos _ Júnia Marise _ Jutahy Magalhães _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Louremberg Nunes Rocha _ Lourival Baptista _ Lucídio Portella _ Luiz Alberto Oliveira _ Magno Bacelar _ Mansueto de Lavor _ Márcio Lacerda _ Marco Maciel _ Mário Covas _ Marluce Pinto _ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Nabor Júnior _ Nelson Carneiro _ Nelson Wedekin _ Odacir Soares _ Onofre Quinan _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Raimundo Lira _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Teotônio Vilela Filho _ Valmir Campelo _ Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA	BLOCO
AVENIR ROSA	PP
FRANCISCO RODRIGUES	BLOCO
JULIO CABRAL	PP
LUCIANO CASTRO	PPR
RUBEN BENTO	BLOCO

AMAPÁ

ERALDO TRINDADE	PPR
GILVAM BORGES	PMDB
MURILO PINHEIRO	BLOCO

PARÁ

DOMINGOS JUVENIL	PMDB
ELIEL RODRIGUES	PMDB
GERSON PERES	PPR
GIOVANNI QUEIROZ	PDT
MARIO CHERMONT	PP
NICIAS RIBEIRO	PMDB
OSVALDO MELO	PPR
PAULO ROCHA	PT
PAULO TITAN	PMDB
SOCORRO GOMES	PCdoB

AMAZONAS		MARCO PENAFORTE	PSDB
ATILA LINS	BLOCO	MARIA LUIZA FONTENELE	S/P
EZIO FERREIRA	BLOCO	MORONI TORGAN	PSDB
JOAO THOME	PMDB	PINHEIRO LANDIM	PMDB
JOSE DUTRA	PMDB	SERGIO MACHADO	PSDB
PAUDERNEY AVELINO	PPR	VICENTE FIALHO	BLOCO
RICARDO MORAES	PT		
		PIAUI	
RONDÔNIA		CIRO NOGUEIRA	BLOCO
ANTONIO MORIMOTO	PPR	FELIPE MENDES	PPR
MAURICIO CALIXTO	BLOCO	JESUS TAJRA	BLOCO
NOBEL MOURA	PSD	JOAO HENRIQUE	PMDB
PASCOAL NOVAES	PSD	JOSE LUIZ MAIA	PPR
RAQUEL CANDIDO	BLOCO	MURILO REZENDE	PMDB
REDITARIO CASSOL	PSD	PAES LANDIM	BLOCO
		RIO GRANDE DO NORTE	
ACRE		FLAVIO ROCHA	PL
CELIA MENDES	PPR	HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB
FRANCISCO DIOGENES	PPR	LAIRE ROSADO	PMDB
JOAO MAIA	PP	NEY LOPES	BLOCO
ZILA BEZERRA	PMDB		
TOCANTINS		PARAIBA	
DARCI COELHO	BLOCO	EFRAIM MORAIS	BLOCO
DERVAL DE PAIVA	PMDB	FRANCISCO EVANGELISTA	PPR
EDMUNDO GALDINO	PSDB	IVAN BURITY	BLOCO
MERVAL PIMENTA	PMDB	IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
OSVALDO REIS	PP	JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
PAULO MOURÃO	PPR	LUCIA BRAGA	PDT
		VITAL DO REGO	PDT
MARANHÃO		PERNAMBUCO	
CESAR BANDEIRA	BLOCO	ALVARO RIBEIRO	PSB
CID CARVALHO	PMDB	FERNANDO LYRA	PSB
COSTA FERREIRA	PP	GILSON MACHADO	BLOCO
HAROLDO SABOIA	PT	INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO
JAYME SANTANA	PSDB	JOSE CARLOS VASCONCELLOS	PRN
JOÃO RODOLFO	PPR	JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO
JOSE BURNETT	PRN	LUIZ PIAUHYLINO	PSB
JOSE REINALDO	BLOCO	MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
NAN SOUZA	PP	MAVIAEL CAVALCANTI	PRN
PEDRO NOVAIS	PSD	OSVALDO COELHO	BLOCO
SARNEY FILHO	BLOCO	PEDRO CORRÊA	BLOCO
		RICARDO FIUZA	BLOCO
		ROBERTO MAGALHAES	BLOCO
		SALATIEL CARVALHO	PP
		WILSON CAMPOS	PMDB
CEARÁ		ALAGOAS	
AECIO DE BORBA	PPR	ANTONIO HOLANDA	BLOCO
ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO	AUGUSTO FARIAS	BLOCO
ARIOSTO HOLANDA	PSDB	JOSE THOMAZ NONO	PMDB
CARLOS VIRGILIO	PPR		
ERNANI VIANA	PP		
ETEVALDO NOGUEIRA	BLOCO		
LUIZ GIRÃO	PDT		

MENDONÇA NETO	PDT	JOSE BELATO	PMDB
OLAVO CALHEIROS	PMDB	JOSE GERALDO	PMDB
ROBERTO TORRES	BLOCO	JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO
		JOSE ULISSES DE OLIVEIRA	BLOCO
SESGIPE		MARCOS LIMA	PMDB
		NILMÁRIO MIRANDA	PT
BENEDITO DE FIGUEIREDO	PDT	ODELMO LEAO	PP
CLEONANCIO FONSECA	PRN	OSMANIO PEREIRA	PSDB
DJENAL GONCALVES	PPR	PAULO DELGADO	PT
JERONIMO REIS	BLOCO	PAULO ROMANO	BLOCO
JOSE TELES	PPR	PEDRO TASSIS	PMDB
MESSIAS GOIS	BLOCO	RONALDO PERIM	PMDB
PEDRO VALADARES	PP	SANDRA STARLING	PT
		SERGIO MIRANDA	PCdOB
BAHIA		SERGIO NAYA	PMDB
		TARCISIO DELGADO	PMDB
ANGELO MAGALHAES	BLOCO	TILDEN SANTIAGO	PT
AROLD DO CEDRAZ	PRN	WILSON CUNHA	BLOCO
CLOVIS ASSIS	PSDB		
ERALDO TINOCO	BLOCO	ESPIRITO SANTO	
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB		
GENEBALDO CORREIA	PMDB	ARMANDO VIOLA	PMDB
HAROLDO LIMA	PCdOB	ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	BLOCO
JABES RIBEIRO	PSDB	HELVECIO CASTELLO	PSDB
JAIRO AZI	PSD	JONES SANTOS NEVES	PL
JAIRO CARNEIRO	BLOCO	LEZIO SATHLER	PSDB
JOAO ALMEIDA	PMDB	RITA CAMATA	PMDB
JOAO ALVES	PPR	ROBERTO VALADAO	PMDB
JOAO CARLOS BACELAR	BLOCO		
JONIVAL LUCAS	PSD	RIO DE JANEIRO	
JORGE KHOURY	BLOCO		
JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO	AMARAL NETTO	PPR
JOSE FALCAO	BLOCO	AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO
LEUR LOMANTO	BLOCO	CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT
LUIS EDUARDO	BLOCO	CARLOS LUPI	PDT
LUIZ MOREIRA	BLOCO	CARLOS SANTANA	PT
MARCOS MEDRADO	PP	CIDINHA CAMPOS	PDT
PRISCO VIANA	PPR	FRANCISCO DORNELLES	PPR
SERGIO GAUDENZI	PSDB	FRANCISCO SILVA	PP
TOURINHO DANTAS	BLOCO	JAIR BOLSONARO	PPR
UBALDO DANTAS	PSDB	JANDIRA FEGHALI	PCdOB
WALDIR PIRES	PSDB	JOSE EGYDIO	PL
		JOSE VICENTE BRIZOLA	PDT
MINAS GERAIS		LAERTE BASTOS	PSDB
		LUIZ SALOMAO	PDT
AECIO NEVES	PSDB	MIRO TEIXEIRA	PDT
AGOSTINHO VALENTE	PT	PAULO PORTUGAL	PP
ALVARO PEREIRA	PSDB	PAULO RAMOS	PDT
ANNIBAL TEIXEIRA	BLOCO	SANDRA CAVALCANTI	PPR
ARACELY DE PAULA	BLOCO	SERGIO CURY	PDT
AVELINO COSTA	PPR	VIVALDO BARBOSA	PDT
ELIAS MURAD	PSDB	VLADIMIR PALMEIRA	PT
FERNANDO DINIZ	PMDB		
GENESIO BERNARDINO	PMDB		
HUMBERTO SOUTO	BLOCO	SÃO PAULO	
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPR		
ISRAEL PINHEIRO	BLOCO	ADILSON MALUF	PMDB
JOAO PAULO	PT	ALDO REBELO	PCdOB

MATO GROSSO

DISTRITO FEDERAL

GOIÁS

RIO GRANDE DO SUL.

ARNO MAGARINOS
CARLOS AZAMBUJA
CELSO BERNARDI
EDEN PEDROSO
EDSON MENEZES SILVA
GERMANO RIGOTTO
IBSEN PINHEIRO
IVO MAINARDI
JOAO DE DEUS ANTUNES
JORGE UEQUED
JOSE FORTUNATI
LUIS ROBERTO PONTE
MENDES RIBEIRO
NELSON JOBIM
NELSON PROENÇA
ODACIR KLEIN
OSVALDO BENDER

PPR
PPR
PPR
PT
PCdoB
PMDB
PMDB
PMDB
PPR
PSDB
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PPR

PAULO PAIM
VALDOMIRO LIMA
VICTOR FACCIONI
WALDOMIRO FIORAVANTE
WILSON MULLER

PT
PDT
PPR
PT
PDT

O SR. PRESIDENTE (Adyison Motta) — Comunico aos Srs. Congressistas que, por determinação do Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, fica cancelada a presente sessão conjunta das 20h30min.

Ao mesmo tempo, a Presidência convoca sessão solene, a realizar-se às 21h de hoje, neste plenário, destinada à instalação dos trabalhos de revisão da Constituição Federal.

Está encerrada a reunião

(Levanta-se a reunião às 20h31min)

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppi da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração – *Odete Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Ademar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*
A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*
Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*
Bem de família – *Zeno Veloso*
Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*
"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Bosventura*
A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*
Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*
La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio Mª Loça Navarrete*
PUBLICAÇÕES
Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas – Senado
Federal – Anexo I, 22º andar –
Praça dos Três Poderes. CEP
70160-900 Brasília. DF. Telefones
311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470715.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 108

(outubro a dezembro de 1990)

Está circulando o nº 108 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 330 páginas, contém as seguintes matérias:

Direito, Estado e Estado de Direito — *Inocêncio Mártires Coelho*

As eleições de 1990 — *Ministro Sydney Sanches*
A disciplina constitucional das crises econômico-financeiras — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

A reforma monetária e a retenção dos ativos líquidos no Plano Brasil Novo — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Novas funções e estrutura do Poder Judiciário na Constituição de 1988: uma introdução — *Silvia Dobrowolski*

O mandado de injunção, os direitos individuais e a justiça constitucional — *Paulo Sérgio Saraiva*

Norma constitucional e eficácia (ângulos trabalhistas) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas — *Odete Medauar*

Meio ambiente e proteção penal — *René Ariel Dotti*

A Constituição Federal de 1988 e as infrações penais militares — *Álvaro Lazzarini*

Administração na Constituição — *Sebastião Baptista Affonso*

Servidores públicos — regime único — *Euripedes Carvalho Pimenta*

Da exigibilidade de limites de idade e da eleição de critérios de desempate fundados em idade, em concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de

cargo ou emprego público — *José Leane Cordeiro Leite*

Princípios básicos da administração pública — *Jarbas Maranhão*

Auto-regulação e mercado de opções — *Arnoldo Wald*

Os contratos de adesão e o sancionamento de cláusulas abusivas — *Carlos Alberto Bittar*

A Carta e o crime — *N. P. Teixeira dos Santos*

O direito da personalidade como direito natural geral. Corrente naturalista clássica — *Iduna E. Weinert*

Pesquisas em seres humanos — *Antonio Chaves*

Prolegômenos para la reflexión penal-criminológica sobre el derecho a culminar la vida con dignidad (la eutanasia) — *Antonio Beristain*

Kirchmann e a negação do caráter científico da ciência do Direito — *Elza Roxane Álvares Saldanha*

As chamadas prescrições "negativa" e "positiva" no Direito Civil Brasileiro e Português, semelhanças e diferenças — *Luiz R. Nuñez Padilla*

A constitucionalização da autonomia universitária — *Edivaldo M. Boaventura*

Um projeto de desenvolvimento sócio-econômico integrado para a Região Oeste do Paraná — *Rossini Corrêa e Neilton Friedrich*

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I, 22º andar —
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF —
Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1991
(nºs 109 a 112):

Cr\$ 4.500,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil -
Alcides de Mendonça Lima
Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - *André Franco Montoro*

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - *Inocêncio Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - *Leomar Barros Amorim de Sousa*

Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Affonso*

Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - *Vitor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais -
Anamaria Vaz de Assis Medina

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe Monteiro Soares*

Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pádua Ribeiro*

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho -
Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

A Escola Judicial - *Sábio de Figueiredo Teixeira*

Da constitucionalidade do bloqueio de valores -
Adriano Perácio de Paula

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - *Marcos Juruena Villela Souto*

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - *Werter R. Faria*

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José Arthur Rios*

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - *Rubem Nogueira*

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 ...

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral CR\$ 3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral CR\$ 3.620,00

J. avulso CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 67/9263
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PAGINAS